



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

-----ATA NÚMERO SETE / DOIS MIL E DEZOITO-----

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES DE
23 DE NOVEMBRO DE 2018-----

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, nesta Cidade do Marco de Canaveses, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo Sacadura Cabral, reuniu a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Jorge Francisco Vieira**, coadjuvado por **Bruno Daniel Sousa Caetano**, Primeiro Secretário, e **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, Segunda Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----PONTO UM – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 22/09/2018. -----

----PONTO UM, PONTO DOIS – Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25/08. -----

----PONTO UM, PONTO TRÊS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---- PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia. -----

----PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

----PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal



relativa ao Lançamento de Derrama para o ano de 2018. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO TRÊS** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO QUATRO** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2019. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO CINCO** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO SEIS** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – Ano Financeiro de 2019. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO SETE** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO OITO** – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA; Para conhecimento. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO NOVE** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para vigilância e limpeza do Complexo do Estádio Municipal do Marco de Canaveses, outorgado em 09 de outubro de 2014 entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia do Marco. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO DEZ** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Empreendimento Turístico Hotel Sénior. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO ONZE** – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Hotel Rural. -----



----Pelas vinte horas e trinta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à contagem, tendo sido dado como presentes, de acordo com o mapa já rubricado, os seguintes membros: -----

----Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Maria Estela Vieira Freiras, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Leandro Manuel Vieira de Queirós, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, César Baltazar Pereira Fernandes, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, José Fernando de Barros Barbosa, Miguel João Teixeira Carneiro, Domingos Manuel Soares Dias, Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Nelson Toni Moreira Coelho, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, José Leitão do Couto, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira e Fernando Joaquim Teixeira Monteiro.-----

----O plenário contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal: **Cristina Lasalet** **Cardoso Vieira** – Presidente, **Mário Bruno da Silva Magalhães**, Vice-presidente, **Paulo Jorge da Silva Couto**, Vereador em regime de permanência, e Vereadores em regime de não permanência, **Paula Alexandra Rabaçal Marques**, **José António Carvalho Soares da Mota**, **António Fernandes de Sousa Dias**. Faltando o Senhor Vereador **Paulo Ramalheira Teixeira**. -----

----Iniciando a sessão com trinta e quatro (34) membros, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de cumprimentar todos os presentes, entrou de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----



---PONTO UM, PONTO UM – **Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 22/09/2018.** -----

---O Presidente da Mesa informou que nos termos do n.º 3 do Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que esta respeita, sendo estes: Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro, Ana Maria Madureira Ferreira, César Baltazar Pereira Fernandes e Domingos Manuel Soares Dias. -----

---Não havendo inscrições para intervenção por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu de imediato à votação o **Ponto Um, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta (30) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---PONTO UM, PONTO DOIS – **Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25/08.** -----

---Não tomou posse a Presidente da Direção da Cruz Vermelha – Delegação do Marco de Canaveses, Dra. Palmira Maria Pinto Monteiro Rafael. O Primeiro Secretário informou que será convocada para tomar posse na próxima Sessão da Assembleia Municipal. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal, passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

---PONTO UM, PONTO TRÊS – **Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

---Abertas as inscrições para o ponto supracitado, inscreveram-se os membros da Assembleia Municipal cujas intervenções são em seguida resumidas. -----



----O Membro da Assembleia Municipal, **Miguel João Teixeira Carneiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo (PS), na sequência daquilo que têm sido algumas das ações do Executivo da Câmara Municipal e até do próprio Governo da República Portuguesa, congratulou-se com o programa denominado “Primeiro Direito”, relativo à habitação, sendo esta uma preocupação que deve nortear as sociedades europeias do séc. XXI, devendo o Estado, enquanto entidade normalizadora da sociedade, apresentar-se capaz de oferecer igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, de modo a que estes possam atingir o seu potencial humano, mas também de criar mecanismos e respostas sociais que defendam estes mesmos cidadãos em situações excecionais. Concretamente, o referido programa, aprovado por deliberação do Conselho de Ministros de maio de dois mil e dezoito, permite a definição de prioridades na área das políticas de habitação e definição de políticas de nova geração. Frisou a importância de, volvidos quase quarenta e cinco anos desde a revolução de abril, voltar a recentrar a discussão e o foco neste tipo de matérias elementares para a qualidade de vida de cada cidadão, visto ser relativamente fácil deixar de recordar que o país foi alvo de um resgate financeiro, por um Governo profundamente liberal nas suas crenças para a sociedade e economia. -----

----O referido programa tem também por objetivo, e acima de tudo, garantir a cada cidadão uma habitação adequada, procurando que condições precárias como a sobrelotação, a ilegalidade do alojamento e a insalubridade sejam ativamente combatidas e passem a ser um elemento do passado.

----Dando ênfase ao trabalho que tem vindo a ser realizado a nível local, saudou o empenho e proatividade da Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo, numa primeira fase, na divulgação deste programa junto das instituições sociais e das Juntas de Freguesia, veículos adequados através dos quais a informação chega à população. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Leitão do Couto**, Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços e Gaiolo (PS), recordou que desde a sua primeira candidatura à Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

Freguesia de Penha Longa, há vários anos atrás, acalentava o sonho de ver nascer na freguesia um Espaço do Cidadão, algo que à data se afigurava como impossível. Assim, foi com naturalidade que expressou a sua enorme satisfação por finalmente ver concretizado este objetivo, estando contemplados novos Espaços do Cidadão para as Freguesias de Penha Longa e Paços de Gaiolo, Vila Boa do Bispo e Constance, a juntar aos cinco já existentes no concelho. Tendo sido recentemente instalado o mobiliário e equipamento necessários, perspectiva-se a sua entrada em funcionamento para breve, com claros benefícios para a população da freguesia, maioritariamente envelhecida, que passará a poder contar com este serviço de proximidade, onde poderá tratar de assuntos relacionados com a Autoridade Tributária, Segurança Social, IMTT, SEF, IEF, ADSE, Ministério da Saúde, entre outros. -----

---Em conclusão, louvou esta aposta numa política de proximidade e na descentralização de serviços, que vai ao encontro do programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista às eleições autárquicas de dois mil e dezassete. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), introduziu a sua intervenção chamando a atenção para a necessidade de proceder à limpeza e remoção de ervas junto aos edifícios públicos que se encontram sem utilidade funcional, como é o caso da antiga sede da Junta de Freguesia de S. Nicolau. Referiu que a autarquia deve estabelecer o modelo a seguir no que diz respeito à limpeza dos seus próprios edifícios e equipamentos. -----

---Na sequência de afirmações proferidas na última Assembleia Municipal, relativamente às obras de proximidade realizadas pela Câmara Municipal por solicitação direta dos munícipes, questionou se a Câmara Municipal não poderá estar a incorrer no risco de centralizar poderes, em vez de promover a salutar descentralização que se poderia obter com recurso às Juntas de Freguesia e respetivos Presidentes democraticamente eleitos. Se a este facto se aditar o desrespeito para com algumas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal – como a deliberação de isenção das



taxas de ligação de água e saneamento – o Município poderá estar a caminhar para um cenário em que as Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e a própria Assembleia Municipal têm um papel meramente acessório. -----

---Centrando-se nas questões relacionadas com o abastecimento de água e saneamento, citou um excerto de uma carta aos Marcoenses, assinada pela Dra. Cristina Vieira, Presidente da Câmara Municipal, o qual faz referência a reuniões mantidas com a Administração da Águas do Marco onde se terá alcançado um pré-acordo para o reequilíbrio da concessão, com vista à resolução definitiva do litígio que opõe as partes, sendo que desse pré-acordo constava a imediata isenção de pagamento a todos os Marcoenses das taxas de ligação e ramal. Lamentou que deste pré-acordo estabelecido nunca tenha sido dado conhecimento formal e concreto à Assembleia Municipal, não obstante as reiteradas solicitações nesse sentido, e que o Executivo tenha fracassado no objetivo de promover a tão esperada isenção imediata de taxas, conforme compromisso assumido com a população. Acrescentou que para justificar tal facto, o Executivo não se poderá escudar nos processos interpostos pelo anterior Executivo, visto que estes já existiam à data, nem na providência cautelar interposta pelo Vereador António Dias, visto ter ocorrido mais recentemente. -----

---Uma vez que o Executivo vem agora manifestar por escrito perante o Grupo Parlamentar do PSD que afinal o que existia era uma mera manifestação de vontades, e não um pré-acordo, solicitou que de uma vez por todas este deixe de atirar areia para os olhos dos Marcoenses, que certamente já terão percebido que a referência a um pré-acordo com a empresa concessionária teve por único objetivo enganar o eleitorado para vencer as eleições, pelo que, ao contrário do que tem sido reiteradamente ventilado pela Bancada do Partido Socialista, palavra dada afinal não é palavra honrada. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Isabel Maria Barbosa Madureira** (CDS-PP) apresentou o seguinte voto de saudação: -----

---Voto de Saudação – *“Comemora-se no próximo domingo o 43.º aniversário do 25 de novembro,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e que determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de abril. -----

---O 25 de novembro, ato singular e irrepetível da nossa história, marca o inapagável fim da transição revolucionária. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de quarenta anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura, de sinal contrário. -----

---Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou nos últimos quarenta e três anos e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português. -----

---Neste contexto, importa salientar o contributo dos Partidos Democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento. -----

---É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia. -

---Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, reunida a 23 de novembro de 2018, que aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que em 25 de novembro de 1975 colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da paz e da liberdade iniciada a 25 de abril de 1974, e dar solenemente testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar devida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade. -----

---Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018; O Grupo Municipal do CDS." -----

*---O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha** (CDS-PP), no uso*



da palavra, começou por apresentar o seguinte voto de pesar: -----

----Voto de Pesar – *“Tendo falecido, vítima de um trágico acidente ocorrido no passado dia 12 de outubro, o cidadão Marcoense, Joaquim Vieira de Magalhães, conhecido e conceituado industrial de madeiras, e pai do ex-Vereador deste Município, Eng.º Bruno Filipe Teixeira Magalhães, propõe-se a este plenário a aprovação de um voto de pesar pelo seu passamento, transmitindo desta forma a sua solidariedade à família enlutada.* -----

----Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018 -----

----Os proponentes” – Este voto de pesar termina com três assinaturas. -----

-----Em seguida, chamando a atenção para a tragédia ocorrida recentemente nas pedreiras de mármore em Borba – e não deixando de lamentar a postura inconsciente que conduziu a esta – e sendo o Marco de Canaveses também uma terra de pedreiras, indicou ser urgente sensibilizar os industriais do setor, designadamente no Baixo Concelho, devendo a Câmara Municipal, com os meios da Proteção Civil à sua disposição, encetar um conjunto de iniciativas pedagógicas que não só contribuam para uma maior responsabilização por parte dos industriais, como também visem evitar que venha a acontecer no Marco de Canaveses uma tragédia similar à ocorrida em Borba. ---

----O Membro da Assembleia Municipal **Américo Ricardo Ribeiro Moreira** (PPD/PSD), admitindo que um ano poderá ser um curto prazo para tirar conclusões definitivas acerca do desempenho do Executivo Municipal no corrente mandato, não deixou de assinalar que o Município vizinho de Penafiel marcou a passagem deste primeiro ano de mandato com o *slogan* *“Um ano de mandato, mil empregos”*, concretizado através da atração de multinacionais (como o caso do interesse da *Louis Vuitton* em se instalar no concelho) e da capacidade de expansão de empresas já existentes. Neste sentido, questionou se a Câmara Municipal de Marco de Canaveses prevê a implementação de medidas ou de algum programa que vise tornar o concelho mais atrativo para potenciais investidores. -----



---No seguimento da intervenção do deputado **Gil Rodrigues**, questionou se efetivamente existe algum pré-acordo firmado com a empresa concessionária Águas do Marco, e qual o ponto de situação das negociações em curso. Mencionou, a título de exemplo, que a Câmara Municipal de Paredes, também liderada pelo Partido Socialista, está a oferecer as taxas de ligação aos seus municípios. -----

---Deixou um alerta relativo ao congestionamento que se tem vindo a notar junto às Escolas EB1 de Fornos e EB 2/3 do Marco, sugerindo a presença de agentes da autoridade nestes locais nas horas de ponta, para minimizar potenciais perigos para os alunos. -----

---Questionou quais os critérios utilizados na definição das freguesias que nesta fase irão receber um Espaço do Cidadão, e quais as freguesias ora contempladas – para além da Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo. -----

---Perguntou também quais as implicações mais notórias para os Marcoenses do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, apresentado pelo Governo Socialista do Dr. António Costa. -----

---Finalizando a sua intervenção, declarou que os Marcoenses, mais do que lamentações ou justificações baseadas no passado, desejam uma governação responsável e a concretização das promessas que os fizeram eleger o atual Executivo, na expectativa de que o Marco de Canaveses se torne um concelho cada vez mais atrativo e em constante desenvolvimento. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Susana Maria Machado Loureiro** (PPD/PSD) começou a sua intervenção com uma reflexão sobre o panorama da política nacional, argumentando que se tem verificado recorrentemente uma clara imagem de impunidade para com os mais altos responsáveis governativos, comprometendo o seu caráter, verticalidade, competência e sentido de Estado. -----

---Apelando encarecidamente à Presidente da Câmara Municipal para que eleve o debate a argumentos que não se esgotem naquilo que Executivos anteriores foram, ou não, capazes de fazer,



começou por declarar ser inegável que os Executivos liderados pelo PSD tiveram efetivamente uma gestão rigorosa e equilibrada dos dinheiros públicos, o que permitiu deixar nos cofres do Município cerca de dez milhões de euros (10.000.000€) que podem agora ser utilizados para obras diversas, realidade bem diferente daquela que foi herdada em dois mil e cinco. -----

----Relativamente ao processo das águas, e sublinhando que o empenho e espírito de sacrifício dos Executivos e dos próprios Marcoenses nos últimos doze anos não se pode esgotar apenas neste *dossier*, fez notar que o Executivo Camarário liderado pelo Partido Socialista tem sido esquivo quando questionado acerca do tão propalado pré-acordo com a empresa concessionária – que agora, aparentemente, não passará de uma mera declaração de vontades. -----

----Recuando à sua primeira intervenção em sede de Assembleia Municipal, a propósito da interrupção da distribuição dos cabazes de natal no Marco de Canaveses, e recordando que a Presidente da Câmara Municipal terá afirmado, na altura, que não concordava com o modelo adotado pelo anterior Executivo e que iria efetuar um estudo rigoroso para aferir quais os cidadãos ou agregados familiares que efetivamente careceriam deste apoio social, questionou que desenvolvimento tem tido este assunto no último ano, se existem dados concretos que possam ser partilhados com os membros da Assembleia Municipal, ou se a intenção de promover tal estudo se ficou por isso mesmo. -----

----A propósito deste tema, chamou a atenção para as declarações da Coordenadora Técnica do Caerus ao jornal A Verdade, na sua edição de quatro de junho de dois mil e dezoito, dando conta de que existem no Marco de Canaveses situações de pobreza que ultrapassam a escassez de alimentos. Face a esta realidade que ainda subsiste, lamentou que a Presidente da Câmara Municipal tenha tentado reduzir a expressão da política de ação social promovida pelos Executivos liderados pelo PSD a mera “caridadezinha”, e lembrou que muitos benefícios sociais, nomeadamente de RSI, têm um valor muito baixo, insuficiente para assegurar uma sobrevivência condigna. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018**

----Mais questionou quais os critérios que irão nortear a atribuição do Fundo de Emergência Social em situações pontuais de carência. -----

----Encontrando-se o Concelho de Marco de Canaveses em situação claramente deficitária em termos de creches, perguntou se o Executivo tem desde já um plano em curso, e se este eventualmente contempla protocolos com as IPSS's para colmatar esta lacuna – destacando-se neste campo a importância de uma rede social bem constituída e organizada, com IPSS's que funcionem em plena articulação e cooperação. -----

----Na sequência de entrevista ao jornal A Verdade, na qual a Presidente da Câmara Municipal informou que estaria a ser projetado um plano de saúde municipal, incidindo sobre as vertentes de alimentação saudável e exercício físico, questionou quais as medidas que este plano contempla e qual o papel que a Câmara Municipal terá na sua execução, reconhecendo-se que na questão dos cuidados de saúde, embora com francas melhorias nos últimos anos, ainda subsistem algumas lacunas que carecem de atenção, sobretudo ao nível da informação e sensibilização da população. Deixou mesmo a sugestão para criação de uma comissão composta por profissionais da área para discutir as necessidades da população a este nível e quais as medidas a adotar para suprir tais necessidades. -----

----Sobre a política de proximidade do Executivo, declarou que embora seja salutar o contato próximo com os cidadãos, os Presidentes de Junta são agentes que não poderão ser negligenciados neste processo, em especial quando estiverem em causa intervenções nas suas respetivas freguesias, visto terem sido eleitos pela população para os representar e defender os seus interesses. -----

----Dirigindo-se em seguida ao Presidente da Assembleia Municipal, e não deixando de reiterar a estima que tem por este, chamou a atenção para alguns recorrentes atropelos ao Regimento da Assembleia Municipal e violações do dever de urbanidade que a todos é exigido. -----

----Concluindo a sua intervenção, recordou as palavras de um grande pensador, quando afirmou que



o legado de um grande homem ou mulher apenas poderá ser recordado pelas suas atitudes, pelas suas ações em prol da sociedade e para o bem-estar das pessoas, o que só se alcança com civismo, educação e elevação, e nunca com arrogância ou com o exercício de dois pesos e duas medidas. ---

---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), no uso da palavra, começou por perguntar quais as ações ou eventos que o Executivo da Câmara Municipal prevê concretizar para promover o concelho e dinamizar o comércio tradicional nesta quadra festiva que se aproxima. -----

---Congratulando-se pelo rigor e transparência que conduziram à emissão de parecer favorável pelo Tribunal de Contas à adenda aos contratos interadministrativos na área da educação e da ação social, introduzidos neste mandato pela Câmara Municipal, questionou, não sendo este um quadro legal recente, por que razão tal nunca foi feito no passado. -----

---Por fim, solicitou que o Executivo se pronuncie acerca do cabimento das declarações proferidas pela Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada na última sessão da Assembleia Municipal, segundo as quais a intervenção na Rua da Cruz teria sido elencada como prioritária por nela residir o candidato pelo Partido Socialista à Junta de Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, derrotado nas últimas eleições autárquicas, transmitindo-se a ideia de favorecimento pessoal baseado em opção partidária. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (CDS-PP) começou por agradecer a colaboração da Câmara Municipal na organização do torneio que se realizou na Escola de Alpendorada, nas modalidades de ténis de mesa e badminton. Agradeceu igualmente o apoio prestado na organização do Corta-Mato Escolar (Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, Cruz Vermelha Portuguesa e GNR), que este ano contou com cerca de oitocentos alunos. -----

---Em seguida, chamando a atenção para os constrangimentos de tráfego verificados junto à rotunda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

do Memorial, em Alpendorada, sugeriu o estreitamento do muro existente no local, para maior fluidez de trânsito. -----

----Sugeriu a retirada dos postes de iluminação pública inutilizados na zona envolvente à Escola EB 2/3 de Alpendorada, uma vez que os mesmos já estarão a ser substituídos por outros mais altos. ----

----Alertou para a necessidade de se adotarem medidas para o escoamento de água na denominada ponte de pedra de Entre-os-Rios. -----

----Sendo preocupante o número de atropelamentos em passadeiras, apelou a que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses possa olhar de perto para bons exemplos de prevenção nesta área, como é o caso do Município de Penafiel, que implementou uma forte iluminação junto às passadeiras. -----

----Por fim, apresentou o seguinte voto de louvor: -----

----Voto de Louvor – *“Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho, ex-deputado desta Assembleia Municipal e ex-membro da Junta de Freguesia de Várzea do Douro, é um cidadão Marcoense que, exercendo a sua profissão na área da saúde, tem também um longo historial de dedicação aos desportos motorizados. Foi navegador de vários pilotos de rallies, nomeadamente Joaquim Alves, Vítor Pascoal e Carlos Vieira, com os quais percorreu uma carreira recheada de sucessos. Este ano, substituindo o seu irmão, Miguel Ramalho, iniciou uma parceria com o conhecido piloto Armindo Araújo. Esta ligação revelou-se tão profícua que, recentemente, a dupla Armindo Araújo / Luís Ramalho se sagrou campeã nacional de rallies. -----*

----*Pelo longo e valoroso percurso desportivo que culminou na conquista do Campeonato Nacional de Rallies 2018, propõe-se a atribuição de um voto de louvor ao cidadão, campeão nacional, Luís Carlos de Sá Pereira Ramalho. -----*

----*Marco de Canaveses, 23 de novembro de 2018.” -----*

-----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às



intervenções dos membros da Assembleia Municipal, e começando pela intervenção do deputado **Miguel Carneiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, deixou igualmente uma nota positiva à apresentação do projeto “Primeiro Direito à Habitação”, medida promovida pelo Governo do Partido Socialista, de apoio público à promoção de soluções habitacionais para cidadãos que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. No dia quatro de setembro realizou-se uma reunião para apresentação deste projeto, onde estiveram representadas as Juntas de Freguesia e IPSS’s do concelho, as quais foram convidadas a colaborar com a Câmara Municipal na identificação de habitações e agregados familiares cujas circunstâncias os tornem candidatáveis a este programa, auxiliando posteriormente os cidadãos nas respetivas candidaturas. -----

---Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, José Couto, declarou ter sido entendimento do Executivo Camarário de que haveria a necessidade de alargar o número de Espaços do Cidadão no território concelhio – por protocolo entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Agência para a Modernização Administrativa. Mediante critérios como a localização geográfica, o número de habitantes das freguesias e os serviços a disponibilizar nestes espaços, decidiu o Executivo apostar na implementação de mais três Espaços do Cidadão, neste caso nas Freguesias de Penha Longa e Paços de Gaiolo, Constance e Vila Boa do Bispo. Aproveitou para informar que já ocorreu a formação dos funcionários que irão assegurar o funcionamento destes espaços, que além de outros serviços já mencionados, trarão para a proximidade dos cidadãos variados serviços municipais. -----

---Numa ótica de descentralização e de proximidade ao cidadão, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses está a ponderar a possibilidade de delegar um conjunto de serviços nas Juntas de Freguesia, estando neste momento a analisar a real capacidade de cada Junta de Freguesia para assegurar estas competências delegadas. Indicou ser esta uma prova inequívoca de que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

Municipal considera as Juntas de Freguesia e os seus Presidentes parceiros inestimáveis na política de proximidade que o Executivo pretende implementar. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Gil Rodrigues**, indicou que a nota sobre a questão da limpeza dos edifícios públicos será reencaminhada para os serviços de Proteção Civil, nomeadamente para a Brigada da AFDET, para que possa realizar as limpezas consideradas necessárias. -----

----Relativamente às obras de proximidade realizadas pela Câmara Municipal, alegadamente à revelia dos Presidentes das Juntas de Freguesia, estranhou que nenhum dos seis Presidentes de Junta afetos à Bancada do PSD se tenha pronunciado sobre o assunto, manifestando eventualmente o seu descontentamento perante a postura adotada pela Câmara Municipal. -----

----Sobre este assunto, esclareceu que no âmbito da definição das obras de proximidade a executar durante o ano de dois mil e dezoito foram ouvidas todas as Juntas de Freguesia, que tiveram oportunidade de elencar aquelas que consideravam ser as principais prioridades de intervenção no seu respetivo território. Por outro lado, são recorrentes as reivindicações que os munícipes fazem chegar ao Executivo, nas visitas que mensalmente são efetuadas a cada freguesia, sendo que por norma os Presidentes das Juntas de Freguesia estão presentes aquando do atendimento aos munícipes, pelo que não é verdade que estes são colocados de lado neste processo. Neste sentido, reiterou o seu profundo respeito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia como parceiros ativos da Câmara Municipal, sendo que pelo seu conhecimento da realidade local, constituem-se como uma valiosa e imprescindível primeira linha de intervenção para a resolução dos problemas que afetam a população. -----

----Relativamente à questão das Águas do Marco, manifestou-se surpreendida pela insistência dos deputados da Bancada do PSD nas mesmíssimas questões que já foram anteriormente respondidas, quer oralmente, quer por escrito, o que deixa antever ser seu único objetivo alimentar a polémica



em torno deste assunto. Reiterou existir um acordo de vontades firmado entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a empresa concessionária Águas do Marco durante o período de campanha eleitoral, que visa a resolução de um litígio que se arrasta há dez anos, motivado pela modificação unilateral do contrato de concessão promovida pelo anterior Executivo liderado pelo PSD, e que o mesmo se mostrou incapaz de resolver em tempo útil, a fim de que os Marcoenses possam efetivamente beneficiar das referidas isenções das taxas de ligação. -----

----Fazendo um breve resumo do desenrolar de todo este processo litigioso com a empresa concessionária e que culminou com uma condenação em Tribunal Arbitral para pagamento de uma indemnização que ascende a dezasseis milhões de euros (16.000.000€), venceu que com o arrastar deste processo judicial, o Município de Marco de Canaveses viu-se impedido de aceder a fundos comunitários que lhe permitiriam um investimento mais avultado na rede e infraestruturas, de forma a satisfazer necessidades básicas dos Marcoenses como o acesso a água potável e saneamento. -----

----Desde que assumiu funções, o atual Executivo tem vindo a reunir e a dialogar com as Águas do Marco, e em paralelo, tem mantido negociações com a empresa Águas do Norte, S.A., na procura de uma solução viável e sustentável que se configure como alternativa ao cumprimento do referido acórdão, que satisfaça o interesse público e garanta uma boa qualidade de serviço à população. No entanto, este processo ficou em suspenso devido à ação interposta pelo Vereador António Dias contra a Câmara Municipal, com o intuito de impugnar o procedimento para a contratação de uma sociedade de advogados para representar o Município, naquilo que considera ser uma atitude irresponsável e de claro atropelo dos superiores interesses dos Marcoenses. -----

----Mais reafirmou que o referido pré-acordo com as Águas do Marco é, na sua essência, um acordo de vontades de cariz particular, não reduzido a escrito, que dá corpo à vontade do Executivo de ultrapassar rapidamente este litígio e de devolver aos munícipes a possibilidade de aceder ao mais elementar bem essencial para a vida, a água potável, sem restrições ao nível das taxas de ligação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

cuja isenção será encarada como prioritária pelo Executivo, desde que verificadas as necessárias condições para o efeito. -----

----Além disso, assinalou que a solução apontada pela Bancada do PSD para contornar a decisão tomada pelo Vereador António Dias constitui uma ilegalidade denominada de fracionamento de despesa, de acordo com o art.º 22.º do CCP, pelo que simplesmente não poderá ser considerada. ---

----Concluindo este tema, deixou claro que o Executivo liderado pelo Partido Socialista está perfeitamente ciente dos compromissos assumidos perante os Marcoenses, os quais serão honrados de forma responsável e transparente, e apenas não tão célere quanto o expectável devido à decisão tomada pelo Vereador do PSD. -----

----Agradeceu a intervenção da deputada **Isabel Madureira** em relação ao quadragésimo terceiro aniversário do vinte e cinco de novembro, e associou-se ao voto de pesar apresentado pelo deputado **Monteiro da Rocha**, pelo falecimento do cidadão Marcoense Joaquim Magalhães. -----

----Acolheu a sugestão de se ponderarem algumas ações pedagógicas junto dos industriais da extração da pedra, face à tragédia recente ocorrida nas pedreiras de Borba. -----

----Respondendo ao deputado **Américo Moreira**, declarou que embora leve pouco mais de um ano de mandato, o Executivo Camarário tem trabalhado para que o Marco de Canaveses tenha melhores condições para atrair investimento externo e para desenvolver o seu tecido económico, promovendo a fixação de empresas e a criação de emprego. A título de exemplo, referenciou o investimento de cento e vinte e cinco mil euros (125.000€) na pavimentação da Rua Maria Gil, via estruturante para a expansão da zona industrial de Tuías, bem como as diligências efetuadas para a nova área empresarial de Constance. Salientou que as áreas de acolhimento empresarial continuarão a ser preocupação primordial do Executivo Camarário, atendendo ao elevado número de empresas que em anos recentes saíram do Marco de Canaveses por não terem uma área empresarial condigna onde se fixarem. -----



----Indicou que já foi reforçado o policiamento em horas de ponta junto à Escola EB1 de Fornos e à Escola EB 2/3 do Marco, tendo sido esta uma reivindicação da Associação de Pais. -----

----Passando para a intervenção da deputada **Susana Loureiro**, refutou a acusação de alegada falta de caráter e verticalidade de alguns membros do Governo, afirmando que o Orçamento de Estado para dois mil e dezanove é um Orçamento de contas certas, que aposta na continuidade e no aprofundamento de políticas que melhoram a vida dos cidadãos, que conclui a reposição de direitos retirados pelo Governo do PSD, que continua a recuperação dos rendimentos das famílias e que apoia o investimento das empresas. -----

----Quanto aos dez milhões de euros (10.000.000€) alegadamente herdados pelo atual Executivo, lembrou que essa verba não estava disponível para novos projetos, sendo antes adstrita a compromissos assumidos pelo Executivo anterior. -----

----Informou que até à data foram rececionados nos serviços camarários cerca de quinze pedidos para cabazes de natal, os quais estão a ser devidamente analisados tendo em consideração os critérios objetivos estabelecidos, de modo a aferir a real necessidade e carência de quem solicita este tipo de apoio social. -----

----Acrescentou que a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar em estreita parceria com todos os órgãos e entidades que laboram na área social no concelho, além de presidir ao CLAS, órgão representativo onde estes assuntos são igualmente discutidos e aprofundados. A Câmara Municipal está neste momento a proceder à atualização do diagnóstico social, e no concernente ao Fundo de Emergência Social, o Município tem uma proposta para a sua divisão em duas áreas – valor pecuniário e habitação social – para melhor corresponder às necessidades específicas dos cidadãos, além de estar a proceder à revisão do regulamento para atribuição de apoios nesta área, visto que o regulamento anterior, da autoria do Executivo liderado pelo PSD, não previa o pagamento de obras nas habitações dos cidadãos, fossem estas executadas por administração direta ou por recurso a



empreitada. -----

----Relativamente à questão das creches, revelou que a informação está a ser recolhida e estudada no âmbito do grupo de trabalho do CLAS dedicado à infância e juventude, sendo certo que duas IPSS's já fizeram chegar à Câmara Municipal a sua pretensão em vir a criar duas creches (Vila Boa do Bispo e Rio de Galinhas). Aproveitou para informar que na área da terceira idade, o Município está a apoiar ativamente a concretização de dois projetos estruturantes – Centro Social de S. Martinho de Soalhães e Centro Social de Favões. -----

----Relativamente ao Plano de Saúde Municipal, explicou que este está a ser implementado em parceria com os Agrupamentos de Escolas, sendo que a Câmara Municipal está representada, juntamente com os Presidentes de Junta, em todos os Conselhos Gerais. Neste momento, a nutricionista que colabora com a Câmara Municipal tem um plano para criar uma ementa municipal e irá dar formação a todas as cozinheiras e colaboradoras afetas aos refeitórios escolares. Será também lançado um projeto-piloto de Lancheira Saudável em quatro escolas dos diversos Agrupamentos Escolares. -----

----Respondendo ao deputado **Bruno Caetano**, confirmou que, de facto, o Executivo levou as adendas dos contratos interadministrativos a Tribunal de Contas, conforme exigido por Lei, merecendo estas parecer positivo. -----

----Seguidamente, passou a enumerar algumas das atividades programadas para a quadra natalícia que se aproxima, destacando-se a iluminação de natal, a Aldeia de Natal (no espaço do Mercado Municipal), a Casa do Pai Natal, além de peças de teatro, *workshops*, insufláveis, pista de gelo, entre outras iniciativas. -----

----Agradeceu a nota dada pelo deputado **Mário Luís** em relação à necessidade de retirar candeeiros de iluminação pública que já não estão em utilização. -----

----Quanto à Ponte de Entre-os-Rios, esclareceu estar sob a alçada da Infraestruturas de Portugal, e



não da Câmara Municipal de Marco de Canaveses. No entanto, visto que a questão do acúmulo de água na ponte já foi reportada por diversos munícipes, a situação já foi devidamente comunicada à Infraestruturas de Portugal. -----

----Sobre a questão da segurança nas passadeiras, informou que o Vereador Paulo Couto tem já em mãos uma proposta de uma equipa especializada para implementação das denominadas passadeiras inteligentes, com iluminação que se acende sempre que um peão se aproxima, a qual está neste momento a ser estudada. -----

----Por fim, associou-se ao voto de louvor ao cidadão Luís Carlos de Sá Ramalho. -----

----O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Mário Bruno Magalhães**, esclareceu que a habitação do cidadão Paulo Ribeiro, candidato nas últimas eleições autárquicas pelo Partido Socialista à Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, é servida pela rede de abastecimento de água desde a década de noventa. Acrescentou que a intervenção em causa diz respeito a uma extensão de água desde o término da Rua da Cruz até à Rua do Outeiro, relativamente distante da habitação do referido munícipe. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), usando novamente a palavra, começou por assinalar a dissonância entre o tempo gasto pelo Executivo para dar resposta às interpelações dos membros da Assembleia e as constantes críticas de que o anterior Executivo era alvo quando ultrapassava o tempo regimentalmente concedido para resposta neste período. -----

----Respondendo ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, declarou que o que está em causa não é o facto de a habitação do referido cidadão já ser servida de água da rede pública, mas sim o conhecimento efetivo por parte da Presidente da Câmara Municipal da obra que se pretendia realizar.

----O **Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, solicitou que em todas as interpelações à Mesa seja indicada a norma regimental na qual a mesma se baseia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa, submeteu de imediato à votação o voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Joaquim Vieira de Magalhães, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -

----Em seguida, o Presidente da Mesa submeteu à votação o voto de louvor apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, Mário Luís da Silva Monteiro, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -

----**PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, solicitou inscrições por parte do público, tendo-se inscrito os seguintes munícipes, cujas intervenções passamos a resumir: -----

----O Município **Samuel Vieira**, começando por se congratular pela alteração legislativa que permitirá antecipar a reforma dos pedreiros, estranhou que o assunto não tenha sido suscitado na Assembleia Municipal até ao momento, sendo o Marco de Canaveses terra de pedreiras. Atendendo a algumas vozes dissonantes que se vão fazendo ouvir, aproveitou para clarificar que esta proposta de Lei foi apresentada e defendida pelo Governo do Partido Socialista. -----

----Assinalou o estado de degradação em que se encontra a antiga sede da Junta de Freguesia de S. Nicolau, apesar de o anterior Executivo Camarário liderado pelo PSD tantas vezes ter reiterado a sua intenção de instalar um hostel no local, como forma de promover uma aposta assertiva na dinâmica turística no concelho. -----

----Tendo já sido afluída na presente sessão a questão do rendimento social de inserção, questionou quantos contratos CEI+ - programa que engloba beneficiários do RSI – já foram celebrados pela Câmara Municipal no decurso do presente mandato. -----

----Lamentou que o tema relativo ao IC35 aparentemente tenha sido esquecido pelo PSD, sendo um



assunto que tem vindo a ser sucessivamente ignorado no debate no Parlamento. -----

----Saudando a iniciativa de constituição de um Conselho Municipal de Turismo no Marco de Canaveses, declarou que a Câmara Municipal deve evidenciar ambição e reunir uma equipa de especialistas na matéria, com técnicos de turismo com vasta experiência, para uma efetiva e eficiente promoção e divulgação do Concelho de Marco de Canaveses, fator fundamental para a criação de riqueza e para o desenvolvimento do concelho. -----

----Por fim, deixou uma palavra de louvor para a organização da Feira das Papas da Livração, sugerindo que com mais algum apoio, certamente será possível dar visibilidade regional e nacional a este evento gastronómico de enorme qualidade, e que este ano congregou cerca de quatrocentas pessoas. -----

----O Município **José Teixeira**, no uso da palavra, começou por expressar o seu agradecimento pela obra levada a cabo na sua Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, designadamente a repavimentação em betuminoso da Rua do Engenho, que veio facilitar o acesso à zona empresarial. Sublinhou que embora esta obra fosse reivindicada há vários anos, o Executivo liderado pelo Partido Socialista teve a arte de executá-la logo no primeiro ano do seu mandato. -----

----Concluiu a sua intervenção, solicitando à Câmara Municipal que, assim que possível, proceda igualmente à repavimentação da Rua Maria Carolina Albuquerque Vasconcelos. -----

----O Município **Manuel Saraiva** fez referência a uma notícia veiculada pelo jornal A Verdade, no dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezoito, dando conta da aprovação por unanimidade, em Reunião de Câmara, da atribuição de um subsídio de cerca de três mil euros (3.000€) à Associação Recreativa de Tuías, para colocação de uma caldeira de aquecimento a gás para remodelação do sistema de aquecimento de águas sanitárias nos balneários, o que permitirá uma redução significativa na fatura da eletricidade. No entanto, a mesma notícia também informava que a Câmara Municipal deixará de assegurar o pagamento da fatura de eletricidade da Associação Recreativa de Tuías.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

Lamentando esta postura do Executivo Camarário, lembrou que em mandatos anteriores a Câmara Municipal sempre assegurou o pagamento dos consumos de eletricidade das associações e coletividades. Concordando com a premissa segundo a qual deve ser assegurado um tratamento igualitário entre associações, questionou se eventualmente esta medida imposta à Associação Recreativa de Tuíás também se estenderá aos clubes que utilizam os estádios municipais. -----

---Por fim, questionou qual o ponto de situação do projeto de construção de um parque de lazer junto ao Rio de Galinhas, pista de pesca e revitalização da Praia da Pontinha, conforme compromisso assumido pela Presidente da Câmara Municipal. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos munícipes, e começando pelas interpelações do munícipe **Samuel Vieira**, congratulou-se com o facto de a proposta legislativa para reforma antecipada dos pedreiros ter partido de iniciativa do Governo do Partido Socialista em sede de Orçamento de Estado, não obstante a mesma ter sido partilhada pelo PSD e PCP, no sentido de serem incluídos os profissionais afetos à serragem e corte da pedra em bruto. Salientou o impacto que esta alteração legislativa poderá ter no Marco de Canaveses, e em especial na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. -----

---Informou que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, no corrente mandato, já integrou cerca de quinze beneficiários do rendimento social de inserção para prestarem serviço nas escolas do concelho, aumentando por esta via os seus rendimentos. -----

---Sobre o IC35, limitou-se a informar que o Governo, na audição na Assembleia da República de dia doze de novembro de dois mil e dezoito, deu nota de que o estudo prévio e posterior parecer da Agência Portuguesa do Ambiente têm previsão para estarem concluídos no final do primeiro trimestre de dois mil e dezanove, perspetivando-se que a obra possa ser executada a partir de dois mil e vinte, devendo para o efeito estar inscrita no Programa Nacional de Investimentos 2030, por transposição do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas. -----



----No que diz respeito à constituição do Conselho Municipal de Turismo, explicou ser intenção da Câmara Municipal congregar neste órgão todos os agentes turísticos do concelho, desde as casas de turismo rural, hotéis e alojamentos locais. Este Conselho Municipal de Turismo também terá um papel fundamental na definição de uma nova imagem de marca para o Concelho de Marco de Canaveses, a qual está a ser trabalhada por um gabinete técnico especializado, perspetivando-se como fator imprescindível para a promoção do Marco de Canaveses e das suas potencialidades. ----

----Agradecendo à Casa do Povo da Livração o extraordinário trabalho na organização da Feira das Papas da Livração, indicou ser intenção da Câmara Municipal promover um evento gastronómico de maior dimensão, para potenciar a atração de pessoas ao Marco de Canaveses mediante a promoção e dinamização da gastronomia local. -----

----Agradecendo a intervenção do munícipe **José Teixeira**, sublinhou a importância de os cidadãos poderem ver na Câmara Municipal uma resposta empenhada e positiva às suas expectativas e pretensões, mostrando o seu contentamento pela resolução de um dos grandes problemas identificados pelos munícipes da Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. -----

----Respondendo ao munícipe **Manuel Saraiva**, explicou que alguns procedimentos até agora seguidos, em que a Câmara Municipal assegurava o pagamento da fatura de eletricidade a algumas Juntas de Freguesia e associações do concelho, não vão de todo ao encontro do tratamento equitativo e imparcial que a Câmara Municipal pretende promover, pelo que o Executivo Camarário limitou-se a fazer cumprir aquilo que já se encontra estipulado nos protocolos firmados com as diferentes entidades. -----

----No caso concreto da Associação Recreativa de Tuías, a decisão tomada foi concertada com a Direção da associação, tendo a Câmara Municipal deliberado a atribuição de um subsídio extraordinário no valor de três mil euros (3.000€), para instalação de uma caldeira a gás, exatamente por ser sensível às dificuldades com que esta e outras associações se debatem. Além disso, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018**

associação passará a contar com um subsídio anual no valor de mil e quinhentos euros (1.500€) para participação das despesas de manutenção de equipamentos e instalações. -----

---Consequentemente, repudiou a argumentação segundo a qual o atual Executivo Camarário está a criar um mau ambiente entre as associações do concelho, clarificando que este mau estar inevitavelmente já existia quando era visível um tratamento diferenciado por parte da Câmara Municipal, estando agora a ser mitigado através da aplicação de critérios mais justos, transparentes e equitativos para todas as associações. -----

---Em relação aos campos dos estádios municipais, fez notar que independentemente dos clubes que os utilizam, estes equipamentos são de propriedade municipal, cabendo naturalmente à Câmara Municipal suportar os respetivos encargos com a sua utilização e manutenção. -----

---Relativamente à Praia da Pontinha, fez notar que a Câmara Municipal tem vindo a realizar um conjunto de análises periódicas, obrigatórias para que a praia possa vir a ser concessionada, sendo os resultados bastante satisfatórios. Paralelamente, a Câmara Municipal está a dar resposta a um conjunto de critérios e exigências da Agência Portuguesa do Ambiente, de modo a alcançar o desiderato de a Praia da Pontinha ser concessionada na época balnear de dois mil e dezanove, honrando desta forma mais um dos compromissos assumidos com a população Marcoense. -----

---Quanto à questão da implementação de uma pista de pesca, esta está a ser devidamente articulada com a Associação de Pesca Desportiva do Marco, havendo a perspetiva de que esta venha a integrar um projeto mais ambicioso para a zona de Rio de Galinhas, antecipando o maior fluxo de pessoas expectável com a eletrificação da Linha do Douro. Indicou que este projeto pode vir a incluir uma nova ARU – Área de Reabilitação Urbana na área da Estação de Rio de Galinhas, promovendo por esta via um maior volume de investimento na requalificação de edifícios. -----

---**PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia.** -----

---**PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara**



Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, prescindiu da apresentação da informação escrita previamente distribuída por todos os membros da Assembleia, colocando-se à disposição para responder a qualquer questão pertinente. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **Ana Ferreira (PS)**, no uso da palavra, começou por elogiar a medida tomada para melhorar o serviço de atendimento ao público na Câmara Municipal – na senda da política de proximidade promovida pelo Executivo Camarário – ajustando o horário da secretaria, que passou a abrir às oito e meia da manhã e a encerrar às dezasseis horas, em horário contínuo, o qual vai de encontro às necessidades dos Marcoenses. -----

----Concluiu serem medidas como esta, que vão ao encontro do compromisso eleitoral assumido pelo Executivo, de estar mais próximo dos cidadãos Marcoenses, que revelam a sua grandeza e o seu empenho em honrar a sua palavra. -----

----O Membro da Assembleia Municipal, **José Fernando de Barros Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado (PS), frisou o facto de a sua luta determinada, e por vezes inglória, de exigir do anterior Executivo liderado pelo PSD o devido e merecido respeito e consideração pelas pessoas de Tabuado, estar finalmente a ter frutos com o atual Executivo do Partido Socialista, atendendo a que a sua freguesia será contemplada com uma série de obras importantes para o seu desenvolvimento e para a qualidade de vida da população, entre as quais se destaca a pavimentação da Rua do Espinheiro e da Travessa dos Pradinhos, extensão da rede de saneamento à Rua da Vinha e Rua da Estalagem, alargamento e construção de passeio na Rua da Folgosa e construção de um troço de passeio na Rua Coronel Fernando Monterroso, além de um reforço significativo no número de ecopontos espalhados pela freguesia. Com este conjunto de obras programadas, será justo afirmar-se que este Executivo Camarário fez mais por Tabuado em um ano do que o anterior Executivo fez em quatro anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

---Expressou a sua convicção de que o Marco de Canaveses é hoje um concelho mais justo e dinâmico, despojado de meros chavões políticos muitas vezes desprovidos de conteúdo e desconcertados da realidade, mas com maior vivacidade, na senda da inovação e do progresso, da promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento turístico e económico, o que permite descortinar um futuro mais auspicioso. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Leandro Manuel Vieira de Queirós** (PS), na qualidade de bombeiro profissional, e sensível às questões relacionadas com a área da Proteção Civil, teceu algumas considerações acerca dos fogos florestais, com especial enfoque nas suas causas, impacto, métodos de prevenção e de sensibilização da população. -----

---Falou sobre a desertificação do interior do país e a redução das atividades agrícolas e pastorícias que convivem em simbiose com a floresta, contribuindo para a prevenção dos incêndios florestais. Outros fatores de risco identificados são o deficiente ordenamento do território, o desinvestimento na gestão dos espaços florestais, as condições meteorológicas adversas e os fenómenos climatéricos extremos. -----

---Deixou um rasgado elogio ao Executivo pelo excelente trabalho que tem feito no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em que a boa articulação com os Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses permitiu a implementação da gestão do espaço florestal, bem como procedimentos de intervenção. Destaque ainda para os trabalhos de coordenação, para as ações de sensibilização e para os trabalhos de prevenção dos incêndios florestais, em articulação com as Juntas de Freguesia e Bombeiros Voluntários, serviço de prevenção da natureza e do ambiente, GNR e GIPS. Vincou que os resultados deste trabalho têm sido animadores, diminuindo o número de incidências e a área ardida em dois mil e dezoito. -----

---Em seguida, fez referência ao intenso combate à vespa velutina que se trava no Concelho de Marco de Canaveses, sendo que de nove de maio a vinte e sete de outubro de dois mil e dezoito



foram dados alertas de quatrocentos e sessenta e um potenciais ninhos, com um tempo médio de intervenção a rondar as trinta e cinco horas. -----

----Deixou também um elogio à Câmara Municipal pelos trabalhos levados a cabo pelos Serviços Municipais de Proteção Civil na realização de exercícios e simulacros para validação das medidas de autoproteção aprovadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, para as escolas que funcionam em edifícios municipais, as quais têm por objetivo reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndio, minimizar os seus efeitos, facilitar a evacuação e salvamento e facilitar a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro. -----

----Face ao exposto, agradeceu ao Executivo pela coragem que teve ao investir no capítulo da prevenção, priorizando a segurança dos munícipes e do património. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), começou a sua intervenção deixando uma palavra de reconhecimento pelo facto de a Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo estarem a dar continuidade a projetos iniciados pelo PSD, designadamente no ciclo urbano da água, e mais especificamente na rede de abastecimento de água e saneamento no Torrão, estando em fase de conclusão a construção da ETAR no local. -----

----Embora seja possível identificar na informação escrita algumas iniciativas dispersas na área cultural, o Marco de Canaveses carece de uma verdadeira agenda cultural, além de uma mais eficaz divulgação dos eventos, não se limitando à página de *Facebook* da Câmara Municipal, informação que não chega a todos os cidadãos. Tendo a Presidente da Câmara Municipal assumido o compromisso, há sensivelmente um ano atrás, de reformular o conceito de agenda cultural, questionou se é sua intenção realmente honrar esse compromisso, produzindo uma agenda cultural rica e acessível a todos. -----

----Lembrando que era prática dos anteriores Executivos promover dinâmicas festivas na quadra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

natalícia, em especial nas duas grandes Freguesias do Marco e de Alpendorada, Várzea e Torrão, perguntou se as iniciativas anteriormente elencadas pela Presidente da Câmara Municipal serão apenas concentradas no centro da cidade, ou se eventualmente se estenderão às freguesias, e nomeadamente à Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, como forma não só de trazer mais animação, como também de promover o comércio tradicional. -----

---No que respeita à vertente desportiva, indagou se o Executivo mantém a mesma opinião negativa em relação à colocação de relvados sintéticos em vários pontos do concelho, e qual o *feedback* que tem tido por parte das coletividades e atletas que beneficiam destes equipamentos. -----

---Relativamente à Proteção Civil e em nome da Bancada do PSD, enalteceu o papel de todos os agentes no Marco de Canaveses, desde os Bombeiros Voluntários ao Serviço Municipal de Proteção Civil, aos funcionários da Câmara Municipal e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, relevando-se o seu trabalho empenhado em prol da comunidade. No entanto, estando o Governo liderado pelo Partido Socialista a preparar-se para introduzir uma nova taxa, desta feita referente à Proteção Civil, questionou qual a opinião do Executivo Camarário sobre esta iniciativa governativa e se prevê onerar os Marcoenses com esta taxa. -----

---Finalmente, assinalou que de acordo com o art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, a informação escrita apresentada é omissa em termos de informação sobre reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com respetiva fase e estado. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Luís Carlos Soares Vieira** (PS), na qualidade de habitante da Freguesia de Sobretâmega, começou por deixar um sentido agradecimento pela vontade política evidenciada pela Câmara Municipal para realizar obra nesta freguesia, designadamente na Rua de Macade de Baixo, Rua Direita, Travessa de Santana, Rua de Santana e Rua da Valsa, carências há muito identificadas e reportadas pelos fregueses. Salientou também o papel fundamental dos Presidentes das Juntas de Freguesia e a participação ativa da sociedade civil, que têm contribuído



para a prossecução de dezenas de obras de proximidade nas diferentes freguesias. -----

----Para reflexão dos presentes, declarou que ao contrário de um passado recente, em que saltava a vista a obra meramente eleitoralista, hoje a Câmara Municipal concretiza obra útil, obra ponderada e planeada, e cujo propósito é melhorar continuamente as infraestruturas do Município, e com isso o bem-estar de quem neste habita ou de quem o visita. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Luciano Filipe Cardoso Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa (CDU), agradeceu ao Executivo Camarário tudo aquilo que foi possível realizar na sua freguesia neste primeiro ano de mandato, destacando-se o alargamento da Estrada Municipal 568, conferindo maior segurança rodoviária aos utilizadores desta via, e as obras de drenagem e desvio de águas pluviais na Rua de S. Romão, Rua António Maria Ximenes Geraldes e Rua das Margens. -----

----Como obra mais marcante para a Freguesia de Banho e Carvalhosa selecionou a eletrificação da Rua da Beira Alta, muito celebrada pela população local. -----

----Para este segundo ano de mandato, expressou votos para que continue a haver um bom entendimento e articulação entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, congratulando-se com a inclusão no Orçamento Municipal para dois mil e dezanove da obra de pavimentação da estrada principal de Carvalhosa até ao topo de Banho, aproveitando para questionar se esta intervenção incluirá a ligação entre o Largo do Eirô e a Quinta da Torre (Banho) e a ligação da Rua Avelino Ferreira Torres à Rua da Ermida (Carvalhosa). -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís da Silva Monteiro** (CDS-PP), no uso da palavra, começou por fazer referência à realização de mais uma edição da Bienal da Pedra, em Alpendorada, Várzea e Torrão, saudando o sucesso da iniciativa e a decisão de deslocalizar o evento para o Parque de Lazer de Alpendorada. Alertou, no entanto, para a necessidade de proceder a uma melhor planificação do espaço em edições futuras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

----Na sequência de uma iniciativa promovida pela Pardais Academy, que recebeu arquitetos e engenheiros de vários países para terem contato com a extração e transformação do granito, sugeri o alargamento de iniciativas deste género a turistas nacionais e estrangeiros, como forma de promover a dinâmica turística na região. -----

----Agradecendo a intervenção realizada para reparação do piso do Pavilhão da EB 2/3 de Alpendorada, lembrou que este pavilhão carecerá em breve de uma intervenção mais profunda, atendendo ao seu estado de conservação. -----

----Por fim, deixou um desafio ao Executivo, e particularmente ao Vereador Paulo Couto, no sentido de dinamizar o torneio de professores e funcionários, já com tradição no Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), no uso da palavra, congratulou-se com o balanço positivo que tem sido feito a este primeiro ano de mandato, consubstanciado nas intervenções anteriores, em que muito se elogiou a proatividade do Executivo liderado pelo Partido Socialista. -----

----Manifestou particular satisfação pelo salto qualitativo verificado na última edição da Bienal da Pedra, que contou com cerca de noventa expositores e mais de quinze mil visitantes. Deu especial relevância à feliz escolha do local, bem como à imagem e divulgação do evento, que se revelaram apostas vencedoras. Saudou a parceria com a Casa da Arquitetura, e em especial com a arquiteta de renome internacional, Carla Juaçaba, salientando serem os arquitetos os potenciais consumidores do granito de Alpendorada. -----

----A propósito deste tema, congratulou-se com a interação partidária que conduziu à aprovação de nova Legislação que adiantará a idade de reforma dos pedreiros, que se traduz numa medida de incontestável justiça social, que muito beneficiará os trabalhadores do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Miguel Magalhães Queirós**, Presidente da Junta



de Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos (PS), salientou o papel fundamental do caminho de ferro na evolução e desenvolvimento das comunidades locais – entre as quais Paredes de Viadores e Manhuncelos – e na promoção de uma maior mobilidade de pessoas e bens. Face ao exposto, foi com enorme satisfação que viu a Câmara Municipal de Marco de Canaveses assinalar, no passado dia quinze de setembro, os cento e quarenta anos da chegada do comboio ao concelho, com uma exposição intitulada “Cento e quarenta anos da inauguração da Linha do Douro entre Caíde e Juncal”, que enfatizou a ligação indissociável entre a Linha do Douro e o desenvolvimento do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----Dada a importância de projetar o futuro e não apenas olhar o passado, manifestou a sua satisfação pela obra de eletrificação da Linha do Douro no troço entre Caíde e Marco de Canaveses, que implicará o encerramento da linha por um período de cerca de três meses, estando devidamente salvaguardados os transportes alternativos. -----

----No papel de Presidente da Concelhia da Juventude Socialista, louvou a iniciativa de restauração do Conselho Municipal da Juventude no Marco de Canaveses, pela qual parabenizou o Vereador Paulo Couto, responsável pelo pelouro da juventude. -----

----Refutando argumentação falaciosa recorrentemente utilizada pela Bancada do PSD, declarou que os dez milhões de euros (10.000.000€) alegadamente herdados pelo atual Executivo dizem respeito, na sua maioria, a obra que o anterior Executivo projetou e lançou, mas não foi capaz de executar em tempo útil. Consequentemente, esta verba está adstrita a projetos já lançados, não tendo o Executivo Camarário liberdade para a utilizar para outros fins. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos membros da Assembleia, começou por agradecer as palavras elogiosas da deputada **Ana Ferreira** em relação ao novo horário de atendimento da secretaria da Câmara Municipal, que permite que os cidadãos tratem dos seus assuntos durante a hora do almoço ou até antes do seu



horário laboral. -----

----Como medida adicional, informou que está em fase de planeamento a expansão dos serviços do Espaço do Cidadão para outras freguesias, além do alargamento da oferta de serviços disponibilizados nestes balcões. -----

----Agradeceu também ao deputado **José Barbosa** pelas referências positivas às obras realizadas na Freguesia de Tabuado, salientando uma vez mais que o Executivo se tem empenhado em resolver muitos dos problemas identificados pelos munícipes, trazidos à atenção da Câmara Municipal nas visitas periódicas efetuadas às freguesias para atendimento público. -----

----Agradeceu a intervenção do deputado **Leandro Queirós** sobre o empenho do Município de Marco de Canaveses na prevenção dos fogos florestais, declarando que credores de todo o mérito são certamente os voluntários das Unidades Locais de Proteção Civil e todos os agentes que laboram na área da Proteção Civil – bombeiros voluntários, GNR, entre outros – pelo trabalho dedicado e altruísta. -----

----Quanto ao combate à vespa velutina e implementação de medidas de autoproteção, salientou que o trabalho que tem sido realizado nestas áreas tem merecido o reconhecimento de outros Municípios. Aproveitou para deixar uma palavra de apreço à eficácia da intervenção da Associação Nativa, responsável pela erradicação dos ninhos de vespas. -----

----Respondendo ao deputado **Luís Vales**, declarou que o Executivo Camarário nunca se irá coibir de dar continuidade às boas políticas e práticas, sobretudo quando estas dão resposta às necessidades da população Marcoense, reconhecendo neste caso a importância de o Município continuar a investir no alargamento da rede de abastecimento de água e saneamento no concelho. -----

----Em relação à agenda cultural, indicou que esta mais não era no passado do que um desdobrável produzido pela Câmara Municipal e enviado para as Juntas de Freguesia, revelando-se um método totalmente ineficaz para promover as iniciativas das associações junto da população. Em contraste,



a estratégia deste Executivo passará por promover as iniciativas culturais – ciclo de *jazz*, ciclo de teatro, exposições, apresentação de livros, música, entre outras – através dos meios de comunicação social (jornal A Verdade e Rádio Marcoense), redes sociais e MUPI's. Além disso, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses está atualmente a trabalhar naquela que será a revista do Município, a qual incluirá a agenda cultural para os meses subsequentes. -----

----Em relação à taxa da Proteção Civil, declarou que quer o órgão executivo da Câmara Municipal, quer o órgão deliberativo, irão pronunciar-se sobre esta matéria quando forem cabalmente conhecidos todos os diplomas setoriais. Acrescentou que a Câmara Municipal estará particularmente atenta à promulgação destes diplomas, promovendo uma discussão alargada à Assembleia Municipal e às Juntas de Freguesia, dada a importância do tema da descentralização de competências. -----

----Agradeceu as palavras do deputado **Luís Carlos**, reiterando ser intenção do Executivo ir ao encontro das expectativas e de trabalhar em prol da população Marcoense, razão maior pela qual foi implementado um sistema de atendimento público mensal em cada uma das freguesias do concelho.

----Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Banho e Carvalhosa, **Luciano Costa**, agradeceu o reconhecimento pelo trabalho e empenho da Câmara Municipal, em especial no que concerne a obras estruturantes realizadas nesta freguesia. -----

----Quanto à obra a que o Presidente de Junta deu destaque, de pavimentação da via de ligação entre Banho e Carvalhosa, salientou que esta se encontra inscrita no Orçamento Municipal para dois mil e dezanove e será concretizada, honrando desta forma o compromisso assumido com a população. -

----Passando para a intervenção do deputado **Mário Luís**, afirmou que a última edição da Bienal da Pedra, do ponto de vista dos empresários e expositores presentes, foi deveras um sucesso. A Câmara Municipal teve o cuidado de promover uma reunião de avaliação com todas as entidades intervenientes, tendo sido recolhidas opiniões manifestamente positivas em relação ao local



escolhido para a realização do evento (Parque de Lazer de Alpendorada), bem como à parceria firmada com a Casa da Arquitetura, a qual se pretende alargar, tendo já em vista uma próxima edição da Bienal, para que também abranja a Faculdade de Arquitetura, a Faculdade de Engenharia e o LNEG. Foram igualmente apontadas algumas áreas passíveis de melhorar em futuras edições, como o aumento da área para estacionamento, o método e prazo de inscrição de expositores e a sua localização na exposição, de modo a favorecer o acesso dos visitantes, a colocação de pontos de abastecimento de água e o reforço da iluminação pública no local. -----

----Relativamente ao pavilhão da Escola EB 2/3 de Alpendorada, e face às reiteradas solicitações do Agrupamento Escolar, a Câmara Municipal tentará aferir junto da DGEstE qual a disponibilidade para proceder a uma intervenção mais profunda de requalificação do pavilhão, estando a Câmara Municipal disponível para colaborar nesse sentido. -----

----Aproveitando esta temática, informou que a Câmara Municipal irá investir cerca de noventa mil euros (90.000€) na requalificação do Pavilhão de José de Jesus Oliveira, também na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, estando prevista a substituição do piso, para incrementar a qualidade da prática desportiva. -----

----Em resposta ao deputado **Bruno Caetano**, reiterou o orgulho e a satisfação pelo sucesso da Bienal da Pedra, pela parceria firmada com a Casa da Arquitetura e pela presença da arquiteta de renome internacional Carla Juaçaba, que se predispôs a elaborar um projeto para o Concelho de Marco de Canaveses. Deixou ainda uma palavra de especial reconhecimento e apreço ao extraordinário trabalho dos empresários ligados ao setor da extração e transformação do granito, destacando a capacidade que estes têm tido de inovar do ponto de vista tecnológico, de expandir as suas empresas e de incrementar as suas exportações, com naturais repercussões no desenvolvimento económico da região. -----

----Sobre o tema da eletrificação da Linha do Douro, fez questão de referir que o encerramento da



linha e a disponibilização de transportes alternativos, bem como os seus respetivos horários, foram devidamente articulados com a Comissão de Utentes, que acompanhou este processo desde a sua génese. Congratulou-se pelo facto de finalmente esta obra tão almejada avançar, por iniciativa do Governo do Partido Socialista. Esclareceu que o encerramento da linha durante um período de três meses, além de tornar a obra menos dispendiosa em cerca de quarenta por cento (40%), permitirá também reduzir o seu prazo de execução em cerca de cinco meses. Referiu que após o encerramento da linha e início da obra, serão feitas reuniões periódicas para uma avaliação conjunta com a Infraestruturas de Portugal e a CP, de modo a poder otimizar alguns detalhes que venham a ser necessários. Deixou um apelo à tolerância e sensibilidade dos Marcoenses em relação a qualquer transtorno causado no desenvolvimento desta obra de grande envergadura, considerando-se como um mal menor e necessário face aos benefícios da eletrificação da Linha do Douro para os seus utentes. -----

----PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa ao Lançamento de Derrama para o ano de 2018. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, apresentando este ponto e os pontos seguintes da ordem de trabalhos, explicou que a taxa de Derrama Municipal a aplicar, de acordo com a proposta submetida à Assembleia Municipal, é de um por cento (1%) para sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000€) e isentar da aplicação desta taxa os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros (150.000€). -----

----Relativamente à fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, propõe-se uma taxa de zero vírgula três por cento (0,3%) para prédios urbanos, com redução de quarenta euros (40€) para famílias com dois dependentes a cargo, e de setenta euros (70€) para famílias com três ou mais dependentes a cargo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

----No que diz respeito à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, propõe-se à Assembleia Municipal a manutenção de quatro por cento (4%) de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Marco de Canaveses.

----Por fim, propõe-se a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25%) sobre a faturação emitida pelas empresas que oferecem serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município do Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), ressaltando ser função da Câmara Municipal defender os interesses dos cidadãos, frisou a importância da manutenção das taxas dos impostos municipais em níveis mínimos – mesmo com repercussões ao nível da arrecadação de receita do Município – atendendo aos sacrifícios que os Marcoenses tiveram de fazer durante anos em que estiveram sujeitos à fixação de taxas máximas, por força de um contrato de reequilíbrio financeiro que assim o impunha. Salientou que a fixação de uma taxa de Derrama baixa é fator que tem tanta capacidade de trazer investimento para o Marco de Canaveses como o investimento na criação de infraestruturas. Por outro lado, referiu que o decréscimo da receita na arrecadação de IMI foi em parte compensado por um aumento no IMT, o que significa que se realizaram mais transações de bens imóveis, além de este ser um fator preponderante para a fixação de famílias no concelho. -----

----Fazendo alusão a um cartaz político colocado à entrada da Ponte de Canaveses, onde se pode ler um agradecimento ao Primeiro Ministro pela descida de impostos, declarou que o Partido Socialista tem de decidir de uma vez por todas se a descida de impostos é uma medida positiva, pelos benefícios evidentes para a população, ou uma medida negativa, pela quebra na arrecadação de receita e consequente capacidade de realizar investimentos. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, declarou



que embora a descida de impostos seja sempre uma medida positiva e popular, cabe aos órgãos executivos a responsabilidade pelo equilíbrio das contas, quer a nível municipal, quer a nível nacional. Consequentemente, embora o Executivo Municipal se congratule pela redução de impostos municipais, pelos benefícios que isso traz às famílias Marcoenses, também não poderá descurar que por essa via deixam de entrar nos cofres da Câmara Municipal cerca de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€) de receita corrente, pelo que terá sempre que encontrar alternativas para salvaguardar o equilíbrio das contas públicas. -----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Dois** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018.**

----O Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Três** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2019.** -----

----O Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Quatro** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----



---PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP. -----

----O Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Cinco** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – Ano Financeiro de 2019. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, começando por referir que o Orçamento Municipal para o ano económico de dois mil e dezanove ascende a vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e cinco euros (27.583.285€). A receita corrente está orçada em cerca de vinte e dois milhões e setecentos mil euros (22.700.000€), e a despesa corrente em cerca de dezasseis milhões e oitocentos mil euros (16.800.000€), sendo este superávit justificado essencialmente pelo diferimento de parte da despesa corrente, que ficará consignada a uma parte do saldo de gerência da execução orçamental de dois mil e dezoito, estimado em cerca de dez milhões de euros (10.000.000€). Quanto à receita de capital, esta é estimada em cerca de quatro milhões e oitocentos mil euros (4.800.000€), e a despesa de capital em dez milhões e setecentos mil euros (10.700.000€).

----No que diz respeito à receita corrente, estima-se uma variação positiva em relação a dois mil e dezoito na ordem dos cento e quarenta e cinco mil euros (145.000€), não obstante a redução da receita fiscal prevista para o ano de dois mil e dezanove, pelo efeito acumulado do aumento previsto das transferências correntes, dos rendimentos de propriedade e dos impostos diretos. -----

----Em termos de receita de capital, prevê-se uma variação positiva de cerca de onze e meio por cento (11,5%) face a dois mil e dezoito, traduzida em mais quatrocentos e noventa e nove mil euros



(499.000€), sustentada no agregado das transferências de capital, com um peso de dezassete vírgula três por cento (17,3%) na receita total, e justificada pelo aumento da verba do Fundo de Equilíbrio Financeiro, na componente de capital prevista na Lei do Orçamento de Estado de dois mil e dezanove e pelo aumento da receita arrecadada em projetos de investimento comparticipados por fundos comunitários, de que são exemplo maior as ações previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana, a rondar os cinco milhões de euros (5.000.000€). -----

----Relativamente à despesa corrente, esta mantém uma estrutura idêntica à prevista para dois mil e dezoito, salientando-se o peso da despesa com pessoal e com a aquisição de bens e serviços, que representa quarenta e nove vírgula três por cento (49,3%) do total da despesa corrente. -----

----Do lado da despesa de capital, mantém-se a vontade do Executivo Municipal de continuar a apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e entidades sem fins lucrativos, consoante a evolução do serviço da dívida e as variações dos montantes das transferências provenientes do Estado. -----

----Em dois mil e dezanove, a aquisição de bens de capital, refletida no Plano Plurianual de Investimentos, estima-se em cerca de oito milhões e oitocentos mil euros (8.800.000€), valor que será substancialmente aumentado no início de dois mil e dezanove, com a inclusão do saldo de gerência. -----

----Em relação às Grandes Opções do Plano, o seu valor global ultrapassa os dezasseis milhões de euros (16.000.000€), dos quais oito milhões e setecentos mil euros (8.700.000€) estão afetos ao PPI, e sete milhões e trezentos mil euros (7.300.000€) refletem-se no conjunto de ações mais relevantes.

----Neste ponto, assinalou ser este um Orçamento que reflete muitos dos compromissos assumidos pelo Executivo e constantes do programa eleitoral do Partido Socialista, os quais foram transpostos para o preâmbulo do documento para uma melhor identificação. -----

----Sublinhando alguns dos vetores estratégicos das Grandes Opções do Plano, destacou, nas



políticas sociais de saúde e educação, o fomento da capacidade de resposta à terceira idade da rede de instituições sociais, lembrando que em dois mil e dezoito foram apresentadas duas candidaturas à Comunidade Intermunicipal para intervenção no Centro Social de Favões e no Centro Social de S. Martinho de Soalhães. Para dois mil e dezanove, na área da infância e juventude, serão realizados os projetos de duas novas creches, nas Freguesias do Marco e de Vila Boa do Bispo. Está igualmente prevista uma melhoria da resposta dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo, sendo que algumas destas irão manter-se abertas nos períodos de interrupção letiva. Será também agilizado o processo de atribuição dos apoios do Fundo de Emergência Social e criada, em parceria com uma instituição de solidariedade social, uma unidade de apoio a vítimas de violência doméstica e outras situações de risco. Em parceria com a CERCIMARCO, o Município irá apoiar o aumento das respostas na área da deficiência. -----

----Na área da habitação social, prevê-se a aposta na implementação do programa Marco Habita Social, que terá por objetivo a conversão de antigos estabelecimentos escolares desativados em habitação social. -----

----Na área da saúde, será elaborado o Plano Municipal de Saúde, em colaboração com o ACES, a equipa de saúde pública e os Agrupamentos de Escolas. Será também desenvolvida uma resposta ao nível da medicina dentária, de acordo com o programa do Governo, a partir do segundo trimestre de dois mil e dezanove. -----

----Na educação, continuará a prossecução dos objetivos do projeto “#sucesso escolar”, englobado no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Tâmega e Sousa, estando já em funções na Câmara Municipal uma equipa multidisciplinar associada a este projeto. -----

----No que diz respeito às atividades de enriquecimento curricular, além do inglês e da educação física, as crianças do 1.º ciclo terão uma nova atividade de música, dança e outras expressões, ministrada pela Artâmega, numa parceria com a Câmara Municipal. -----



----Na área do desporto, destaque para a introdução da canoagem como nova atividade física no 2.º e 3.º ciclos, e o investimento nas aulas de educação física para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico. A Câmara Municipal também continuará a trabalhar de perto com as escolas de forma a colmatar as lacunas existentes no apoio às crianças com necessidades educativas especiais e respetivas famílias. Está igualmente projetado um intenso programa de melhoramento das condições de conforto das escolas, com aquisição de novo mobiliário e equipamentos e pequenas reparações realizadas nos períodos de interrupção letiva. -----

----Lembrou que está em curso uma candidatura na área da eficiência energética para uma intervenção em dez estabelecimentos escolares, ao nível das coberturas, revestimentos e isolamento térmico. -----

----Na área do empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico, destaca-se o serviço de apoio especializado denominado “Marco Investe”, que terá por objetivos primários a captação de investimentos, a promoção do empreendedorismo, o fomento da economia local, do comércio tradicional, do turismo e da inovação na região. O Município pretende também potenciar o aparecimento e a afirmação de novas áreas de acolhimento empresarial, nomeadamente em Constance, além da expansão da área empresarial de Tuías, e posicionar-se como um parceiro estratégico para o desenvolvimento do setor da extração e transformação da pedra. -----

----Para a promoção do Concelho de Marco de Canaveses, a Câmara Municipal está a trabalhar na criação de uma nova imagem de marca representativa da identidade do concelho, a qual será utilizada para a divulgação e internacionalização das empresas e produtos locais. -----

----Na área do ambiente e urbanismo, sublinhou a construção de novos sanitários públicos em parques de lazer, bem como o trabalho que tem sido realizado na criação de acessibilidades universais no espaço público. É objetivo do Município aumentar a oferta de estacionamento público nas zonas de maior afluência no centro da cidade, melhorar o acesso à Praia Fluvial de Bitetos e



requalificar a margem do Rio Douro para lazer, na zona de Paços de Gaiolo. Encontra-se também em curso o procedimento concursal para o levantamento topográfico para a ecovia que ligará Alpendorada, Bem Viver e Vila Boa do Bispo, e a serem ultimados os elementos para a consolidação do projeto da Praia da Pontinha. -----

----No que respeita ao turismo e desportos náuticos, falou sobre o aproveitamento estratégico do Cais de Bitetos e Torrão como pontos de captação turística. -----

----Na área do desporto e juventude, realce para o apoio aos clubes e associações com formação ao nível das camadas jovens, cuja comparticipação financeira foi aumentada em dois mil e dezoito, prevendo-se uma alteração positivo às fórmulas de cálculo destes apoios para dois mil e dezanove.

De salientar ainda uma aposta na promoção de modalidades velocípedes, como o BTT e o cicloturismo, e a realização de eventos de desporto motorizado, de carácter regional, nacional e mundial, como forma de potenciar o território Marcoense. -----

----Concluindo a sua intervenção, declarou que o Orçamento Municipal para dois mil e dezanove insere-se numa visão estratégica para um mandato de quatro anos, que visa o desenvolvimento do Concelho de Marco de Canaveses, tornando-o um concelho mais atrativo e dinâmico, a promoção dos seus recursos e potencialidades e a melhoria da qualidade de vida das suas populações. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Fernando de Barros Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado (PS), abordou uma preocupação transversal a todas as freguesias, como sendo a necessidade emergente de alargamento da rede de abastecimento de água e saneamento no Marco de Canaveses, tendo o atual Executivo Camarário assumido o compromisso de resolver um problema que se arrasta há anos, com grande impacto na qualidade de vida da população Marcoense.

----Após análise aos documentos apresentados, e tendo em vista o particular interesse dos Tabuadenses, manifestou o seu regozijo pelo facto de o Orçamento contemplar uma obra há muito reivindicada pela Junta de Freguesia de Tabuado, referente à extensão da rede de saneamento à Rua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

Gonçalo de Barros e Rua da Vindima, e conseqüentemente à Rua Joaquim Teixeira e Rua da Freita, já na Freguesia do Marco, estando também cabimentada uma verba para implementação de uma solução para a ETAR de Ponte das Tábuas, resolvendo-se assim um premente problema de saúde pública. Deixou um apelo à Presidente da Câmara Municipal para que assuma o compromisso público de que estas obras serão executadas e concluídas no decurso do ano de dois mil e dezanove.

----Em seguida, apelou a que a Câmara Municipal pondere uma justa homenagem à pessoa do Dr. Amadeu Marramaque, ex-Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, eventualmente com a criação de um busto em bronze ou granito a ser instalado no Largo das Capelas, Freguesia de Tabuado, local que poderia inclusivamente ser dignificado com uma intervenção urbana. -----

----Por fim, deixou um convite público para a apresentação do último trabalho do escritor Raúl Minh'alma, no dia trinta de novembro, no Olival da Cabana. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha** (CDS-PP), começou por fazer referência ao programa “Marco Habita Social”, expressando as suas dúvidas sobre se a adaptação para habitação social será a melhor solução a conferir aos estabelecimentos escolares desativados, uma vez que estes foram originalmente construídos para fins públicos na área da educação e cultura, esfera em que se deveriam manter, nomeadamente para servirem como sedes de associações, bibliotecas ou fins similares. Sublinhou serem edifícios a que muitos cidadãos estão afetivamente ligados, sendo por vezes referência cultural única que se apagará se o edifício passar a ser uma simples habitação. Por outro lado, referiu que a verba necessária para a adaptação destes edifícios poderia ser utilizada para construção de habitação social de raiz. Além disso, não existem garantias efetivas de que estes estabelecimentos escolares não possam vir a ser reabertos, numa lógica de proximidade à população. -----

----Solicitou um esclarecimento sobre se as Grandes Opções do Plano fazem referência à sensibilização do Governo para a construção do IC35 ou para a criação de um nó que possa servir a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. -----

----Relativamente à intenção expressa de requalificar as áreas centrais das freguesias, fez questão de sublinhar a necessidade de preservar as zonas históricas e as aldeias típicas, prioridades que devem ser evidentes nas políticas municipais, apontando como exemplo a valorização da zona histórica do Porto, que muito dinamizou a vertente turística na região. -----

----Concordando com o projeto de requalificação da margem do Douro para lazer, turismo e desportos náuticos, declarou que a visão da Câmara Municipal não se pode esgotar nos grandes Cais de Bitetos e do Torrão, mas deve ter em atenção também os pequenos cais e portos, dando como exemplos a Barca de Fontelas, a Barca da Seara, o Vimieiro (Sande) e a Barca da Barbeira (Penha Longa). -----

----O Membro da Assembleia Municipal **António Adão da Silveira Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães (PS), deixou um agradecimento especial à Câmara Municipal por finalmente ter posto a concurso a obra para construção da futura sede da Junta de Freguesia de Soalhães, almejada há muitos anos e que, infelizmente, o anterior Executivo Camarário não teve vontade política de executar. -----

----Também aproveitou para agradecer o início da obra de alargamento da Rua do Coqueludo, em Lardosa, saudando o acordo estabelecido entre o Executivo da Câmara Municipal e o proprietário da Casa da Volta, essencial para a realização desta obra. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Nelson Toni Moreira Coelho**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração (PS), realçou a evidente mudança de paradigma na governação da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, em especial no que respeita às opções de investimento, destacando-se uma forte aposta na educação e na valorização da cultura, adaptando-se às necessidades de uma sociedade cada vez mais atenta e exigente. Na vertente cultural, de sublinhar não só o investimento material, de que são exemplo as obras no Cineteatro Alameda ou a



renovação do Museu Cármen Miranda, mas também o investimento imaterial nas políticas culturais, nomeadamente na promoção do teatro e da música. -----

----Centrando-se nas obras previstas, enfatizou a opção do Executivo em levar a cabo a segunda fase do arranjo urbanístico da zona envolvente à Igreja de Santo Isidoro, monumento nacional integrado na Rota do Românico, que sem dúvida trará outra dignidade a um ponto importante de interesse turístico e cultural do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----Por fim, assinalou outra das mudanças positivas no modelo de governação da Câmara Municipal, que passa por uma melhor distribuição geográfica dos investimentos previstos. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Eduardo Celso Machado de Queirós Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PS), focando aquilo que são os acordos de execução com as Juntas de Freguesia para manutenção dos espaços envolventes aos edifícios públicos, declarou que ao contrário do que foi ventilado, o edifício da antiga sede da Junta de Freguesia de S. Nicolau, cuja manutenção é da responsabilidade da Junta de Freguesia do Marco, não se encontra ao abandono, existindo um plano instituído para a sua limpeza, o qual está a ser integralmente cumprido. -----

----Afirmou, em seguida, que está espelhada no Orçamento Municipal para dois mil e dezanove a defesa intransigente que a Presidente da Câmara Municipal sempre fez dos interesses dos munícipes, nos cargos que exerceu como autarca. -----

----Saudou a existência de um Plano de Ação de Regeneração Urbana da cidade direcionado para o futuro, com benefícios que certamente compensarão qualquer constrangimento que as intervenções causem ao nível da mobilidade e acessibilidades. -----

----Congratulou-se igualmente com a intenção da Câmara Municipal de proceder à requalificação e regeneração da zona industrial do Marco, em Tuías, com a pavimentação da Rua Maria Gil e Rua António Moreira, obra que proporcionará melhores condições a potenciais investidores,



posicionando a Freguesia do Marco como motor do desenvolvimento da economia local e do empreendedorismo. -----

----Deu também especial destaque às verbas alocadas para obras de proximidade em cada uma das freguesias, com algumas delas já a decorrer a bom ritmo, por solicitação das Juntas de Freguesia ou dos munícipes. Louvou o facto de a Câmara Municipal levar em consideração os pontos de vista dos Presidentes de Junta na projeção e execução dessas mesmas obras, sendo a sua principal preocupação ir ao encontro das reais necessidades e anseios dos cidadãos. -----

----Chamou a atenção para o facto de muitas vezes as verbas inicialmente atribuídas para intervenções e investimentos em todas as freguesias têm sido largamente ultrapassadas, sinal de que o Executivo Camarário demonstra uma evidente preocupação pelas reivindicações que os munícipes têm dado a conhecer, designadamente nos períodos para atendimento público, algo pelo qual se congratulou. -----

----Elogiou as preocupações ambientais do Executivo, consubstanciadas em medidas tais como o alargamento da rede de saneamento e a colocação de mais ecopontos no território, e o tratamento do espaço público, com uma notória atenção para a iluminação pública e eficiência energética. Frisou ainda o investimento na retirada do amianto das coberturas dos estabelecimentos escolares, sendo amplamente conhecidos os seus riscos para a saúde pública. -----

----Ainda no âmbito do PARU, destacou a reabilitação do Jardim Municipal Adriano José de Carvalho e Melo e a requalificação da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, prevendo-se que esta última possa trazer um novo fôlego à captação de investimento e ao comércio tradicional. Deixou também uma nota para a intervenção no Cineteatro Alameda, na Biblioteca e no Museu Cármen Miranda, símbolos que darão uma nova alma e imagem ao centro da cidade. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por assinalar a ausência de resposta às questões por si



colocadas no ponto da informação escrita, em especial no que diz respeito à instalação de relvados sintéticos, às festividades de natal na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, à nova taxa de Proteção Civil que o Governo incluiu no Orçamento de Estado para dois mil e dezanove e sobre o próprio conteúdo da informação escrita, omissa naquilo que são os recursos hierárquicos e os processos judiciais em curso. -----

----Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados pelo Executivo do Partido Socialista, chamou a atenção para o facto de o PS, há um ano atrás, ter atacado as opções tomadas pelo então Executivo do PSD, de baixar os impostos e renegociar a dívida municipal, alegando que estas colocariam em causa o equilíbrio financeiro do Município. No entanto, na página trinta e quatro das Grandes Opções do Plano é referido que a contratação de um empréstimo a médio / longo prazo para a realização de operações de substituição da dívida permitiu reduzir significativamente os encargos decorrentes da dívida em dois mil e dezoito, pelo que a previsão dos juros e encargos para dois mil e dezanove é sensivelmente de igual valor face ao período homólogo de dois mil e dezoito, provando-se assim que as alegações do Partido Socialista eram infundadas. Além disso, o facto de o Orçamento Municipal para dois mil e dezanove ser superior ao Orçamento para dois mil e dezassete – último da vigência do Executivo do PSD – em cerca de quatrocentos e sete mil euros (407.000€) comprova que a diminuição dos impostos introduzida pelo PSD deu bons resultados, o que permite atualmente ao Partido Socialista gerir uma Câmara Municipal perfeitamente equilibrada do ponto de vista financeiro. -----

----Em seguida, assinalou que o Orçamento em apreço viola o princípio orçamental da universalidade previsto no POCAL, na medida em que não compreende todas as despesas e receitas, não contemplando cerca de cinco milhões e oitocentos mil euros (5.800.000€) de despesa corrente e apresentado uma suborçamentação em variadas rubricas, opção que considera não ter qualquer justificação desde a entrada em vigor da Lei n.º 114/2017, de vinte e nove de setembro, que veio



permitir a integração do saldo de gerência logo no início do ano, bastando para tal que a Câmara Municipal submeta à aprovação do órgão deliberativo o mapa dos fluxos de caixa. Indagou qual o posicionamento do Partido Socialista relativamente a esta questão, após anos sucessivos de críticas dirigidas ao anterior Executivo, inclusivamente alegando que a suborçamentação de rubricas constituía um “saco azul” político, quando não existiam ainda os mecanismos legais anteriormente referenciados. -----

----Relativamente à área da educação, questionou o desinvestimento na ordem dos duzentos mil euros (200.000€) desde dois mil e dezassete, que transmite a ideia de que esta área poderá já não ser tão prioritária, o mesmo podendo dizer-se do turismo, que passou de um investimento de trezentos e seis mil euros (306.000€) em dois mil e dezassete para apenas cento e trinta mil e quinhentos euros (130.500€) para dois mil e dezanove. -----

----Visto que o Orçamento Municipal tem uma receita superior em cerca de meio milhão de euros (500.000€) face ao Orçamento de dois mil e dezassete, sendo a despesa corrente inferior em cerca de dois milhões de euros (2.000.000€), estes dois milhões e meio de euros (2.500.000€) resultam num superávit mensal superior a duzentos e dez mil euros (210.000€), além dos cerca de onze milhões de euros (11.000.000€) de saldo a transitar, verba mais que suficiente para apresentar um Orçamento e Grandes Opções do Plano com mais ações e projetos, entendendo o PSD que os documentos previsionais apresentados são deveras limitados e pouco ambiciosos nesse aspeto, em especial nas áreas da educação, ação social, juventude, turismo, infraestruturas básicas e obras estruturais. Acrescentou que atendendo aos sacrifícios que os Marcoenses foram obrigados a fazer em anos recentes, certamente mereceriam muito mais do que o que este Orçamento propõe. -----

----Por outro lado, sendo as obras estruturais e projetos cofinanciados vertidos no Orçamento aqueles que já estavam previstos e preparados pelo anterior Executivo liderado pelo PSD, questionou onde é que se poderá encontrar a marca distintiva do Partido Socialista neste documento. -----



----O Membro da Assembleia Municipal **Miguel João Teixeira Carneiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo (PS), começou por manifestar a sua satisfação por, pela primeira vez em mais de quarenta anos de democracia, estar a apreciar um Plano e Orçamento elaborados pelo punho do Partido Socialista no Marco de Canaveses, onde são desde já visíveis as suas prioridades e matriz ideológica. -----

----Desmontando a argumentação utilizada pelo deputado **Luís Vales**, explicou que a variação de cerca de duzentos mil euros (200.000€) na área da educação está afeta a despesa corrente, e não a despesas de investimento. -----

----Num exercício comparativo, fez notar que o Orçamento Municipal para dois mil e três – último da vigência dos mandatos do CDS-PP na Câmara Municipal – previa cerca de cinquenta e um milhões de euros (51.000.000€) de despesa, dos quais cerca de três milhões e novecentos mil euros (3.900.000€) estavam destinados à construção de estabelecimentos escolares, cofinanciadas pelo FEDER, correspondendo a nove por cento (9%) do Orçamento total da despesa, assumindo-se um serviço da dívida a rondar os dois milhões e meio de euros (2.500.000€). No Orçamento para dois mil e nove, já no mandato do PSD, estava previsto um investimento na ordem de um milhão de euros (1.000.000€) para reparações em edifícios escolares e ampliação e requalificação de estabelecimentos escolares, correspondendo a cerca de quatro vírgula quatro por cento (4,4%) do total do Orçamento de despesa, sendo que nesse ano o serviço da dívida ascendeu a cerca de quatro milhões de euros (4.000.000€). Para dois mil e dezanove, o Orçamento Municipal contempla uma verba a rondar os dois milhões e novecentos mil euros (2.900.000€) para ampliações e requalificações escolares, correspondendo a onze por cento (11%) do Orçamento da despesa, estimando-se o serviço da dívida em cerca de dois milhões de euros (2.000.000€). Se a diferença no serviço da dívida, de cerca de dois milhões de euros (2.000.000€), tivesse sido igualmente investida na área da educação em dois mil e nove, isso representaria os mesmos onze por cento (11%) em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018**

relação ao Orçamento total de despesa, o que significa que o Orçamento Municipal do PSD em ano de eleições autárquicas se equipararia a este primeiro Orçamento apresentado pelo Partido Socialista. Consequentemente, estes números deixam claro que a educação não deixou de ser uma das principais prioridades de investimento para a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. -----

----Lamentou que o Município de Marco de Canaveses não tenha tido a capacidade de aproveitar os anos de maior investimento na reabilitação e reestruturação do parque escolar, sendo que estes investimentos catapultaram alguns dos concelhos limítrofes para elevados níveis de literacia e de indicadores positivos na área da educação, estatuto que o Marco de Canaveses foi incapaz de acompanhar. Por contraponto, saudou o investimento que a Câmara Municipal atualmente se propõe fazer na área da educação, com uma aposta forte num programa de combate ao insucesso escolar e na requalificação e apetrechamento dos edifícios escolares, num contexto completamente diferente, em que se privilegiam os investimentos em obras imateriais. -----

----Referiu que a definição da educação como área prioritária também é verificada em outros campos, como o reforço dos valores mensais previstos nos contratos interadministrativos de delegação de competências para apoio às cozinheiras, apoio à limpeza e manutenção das salas de aula e das áreas envolventes aos equipamentos escolares, o reforço do número de colaboradores nas escolas do concelho, através de contratos de emprego-inserção do Centro de Emprego, a contratação de técnicos especializados para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais e o acompanhamento técnico ao serviço de confeção de refeições, com ementas bem planificadas e iniciativas de educação alimentar, com um impacto deveras positivo na vida escolar dos alunos. Destacou ainda o alargamento da oferta nas atividades de enriquecimento curricular, mediante uma parceria firmada com uma instituição local (Artâmega), além da inclusão da canoagem no currículo da educação física e desportiva. -----

----Sublinhou a importância da educação como vetor estrutural para a edificação de uma sociedade



rica e desenvolvida, vincando existir um compromisso de futuro bem definido pelo atual Executivo Camarário nesta área. -----

----Exemplificou aquelas que considera serem as grandes diferenças entre o anterior e o atual Executivo no que diz respeito ao compromisso na área da educação com o facto de desde dois mil e quinze a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo solicitar à Câmara Municipal a instalação de uma resposta social de creche na freguesia. Embora o anterior Executivo tivesse definido a alienação do imóvel do Jardim de Infância de Tenrais, o atual Executivo optou por diligenciar o seu licenciamento e posterior candidatura a apoios da Segurança Social para o funcionamento efetivo de uma valência de creche. Outro exemplo que poderia ser dado prende-se com a proatividade da Câmara Municipal em se substituir ao Ministério da Educação na pronta colocação dos colaboradores necessários ao normal funcionamento dos estabelecimentos escolares. -----

----Concluindo a sua intervenção, parabenizou a Câmara Municipal de Marco de Canaveses por ter feito da educação o vetor mais central da sua política, estabelecendo-se com uma prioridade claramente plasmada nos documentos previsionais para dois mil e dezanove, à semelhança do que já acontece no panorama nacional. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Vítor Diogo Pinto** (PS), reportando-se à intervenção do deputado **Luís Vales**, escusou-se a tecer considerações adicionais sobre os cerca de onze milhões de euros (11.000.000€) que o PSD insiste em afirmar que se encontram no banco, como se disponíveis para qualquer projeto que a Câmara Municipal deseje executar, quando não é este o caso. -----

----Declarou que a presente sessão ordinária da Assembleia Municipal representa um verdadeiro virar de página na governação do Município de Marco de Canaveses, visto que são apresentados documentos previsionais com a distinta e transparente visão da nova maioria das prioridades para o Município no próximo ano, apontando também a estratégia para o triénio até dois mil e vinte e um.



----Indicou que a marca diferenciadora das Grandes Opções do Plano e Orçamento em apreciação se encontra no conteúdo das propostas políticas para o triénio, assinalando-se a coragem política da Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo em verter para estes documentos a generalidade dos compromissos eleitorais assumidos com os Marcoenses por ocasião das últimas eleições autárquicas, responsabilizando desta forma a sua governação e aumentando exponencialmente a possibilidade de escrutínio público. -----

----Fez notar que os compromissos verdadeiramente diferenciadores constantes destes documentos assentam essencialmente em cinco grandes eixos de atuação: políticas sociais (saúde e educação), empreendedorismo, emprego e desenvolvimento económico, ambiente, urbanismo e espaço público, turismo e cultura, e desporto e juventude. -----

----Nas políticas sociais, destacou um reforço do apoio às instituições sociais para aumento da capacidade de resposta à terceira idade e à infância. Na habitação social, assinalou a intenção de reconversão de antigos edifícios escolares em habitação para famílias que cumpram os requisitos de acesso às mesmas. -----

----Na área da saúde, sublinhou o arranque do projeto-piloto “Lancheira Saudável” e o desenvolvimento de uma resposta local ao nível da medicina dentária, em parceria com o Governo.

----Na área da educação, marca claramente distintiva da nova maioria, destaque para o projeto “#sucesso escolar”, que certamente marcará indelevelmente o corrente mandato. -----

----Registou que ao nível das infraestruturas, dois mil e dezanove será um ano de ampla intervenção no parque escolar do concelho, com especial enfoque na substituição das coberturas com amianto e no apetrechamento dos estabelecimentos de ensino, visando uma educação de qualidade superior. -

----No desporto e lazer, focou o forte investimento na reabilitação dos equipamentos desportivos municipais, na ampliação e requalificação do Cais de Bitetos e do Parque Fluvial do Tâmega, e na muito aguardada requalificação e reativação da Praia da Pontinha. -----



----No turismo e cultura, referenciou o início dos estudos para a reabilitação da Casa dos Arcos, não esquecendo a contínua aposta no aumento da oferta cultural do concelho, num plano integrado que aponta para uma maior diversificação, e de que é expoente máximo as Festas do Marco. -----

----Na economia e emprego, realçou o apoio especializado ao investidor, com a criação do Gabinete Marco Investe, e o investimento em infraestruturas nas zonas industriais. No apoio ao setor da extração e transformação da pedra, de salientar os esforços da nova maioria na resolução de problemas que afetam trabalhadores e empresários. -----

----No que concerne a medidas de intervenção no espaço público e urbanismo, destacou o desenvolvimento do plano de investimentos no centro da cidade, no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), com a reabilitação de alguns importantes arruamentos, intervenções no Jardim Municipal, no Museu Cármen Miranda e no futuro Centro Cultural do Marco. -----

----Na área do ambiente, deu a devida ênfase aos investimentos previstos na área da rede de abastecimento de água e saneamento, não deixando de ressaltar a natural expectativa dos Marcoenses na célere resolução do diferendo legal que opõe o Município à empresa concessionária Águas do Marco, apelando a que de uma vez por todas se assumam as responsabilidades e que se acabem com as manobras político-partidárias que penalizam o esforço do atual Executivo para resolver este problema criado pelo PSD na Câmara Municipal, na sequência de uma modificação unilateral do contrato de concessão, para servir fins eleitoralistas. -----

----Acrescentou que a resolução do litígio com a empresa concessionária permitirá não só o cumprimento de um compromisso eleitoral, como também viabilizará um conjunto avultado de investimentos contemplados nas Grandes Opções do Plano, e que irão catapultar o Município de Marco de Canaveses para níveis aceitáveis de cobertura da rede de abastecimento de água e saneamento. -----

----Concluindo a sua intervenção, reiterou o apelo aos Marcoenses para que, não obstante as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

legítimas expetativas em relação ao desempenho deste Executivo, concedam a este elenco municipal apenas uma ínfima parte da imensa tolerância temporal que foi dada no passado aos Executivos liderados pelo PSD. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos membros da Assembleia Municipal, começou por agradecer a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, indicando que o Executivo Camarário certamente irá associar-se a uma homenagem ao cidadão Amadeu Marramaque, planeada com a dignidade merecida e exigível. -----

---Relativamente à intervenção do deputado **Monteiro da Rocha** sobre a utilidade funcional a conferir aos estabelecimentos escolares encerrados, lembrou o seu elevado número e constante necessidade de manutenção, sendo que alguns destes inclusivamente já foram vandalizados. Embora algumas Juntas de Freguesia já tenham adaptado alguns destes edifícios para equipamentos sociais, entendeu a Câmara Municipal que o seu número elevado permitiria também dar uma resposta na área da habitação social, atendendo a que no Marco de Canaveses existem atualmente várias famílias que não têm rendimentos suficientes para suportar os valores de mercado de uma habitação. -----

---Relativamente ao IC35, esclareceu que o Executivo se limitou a transpor para o Orçamento o texto do programa eleitoral do Partido Socialista, sendo intenção da Câmara Municipal reunir com a Infraestruturas de Portugal para perceber qual o trajeto definido para o IC35 e frisar a importância de um nó de acesso que sirva a Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. -----

---Em relação à requalificação das áreas centrais das freguesias, e sendo este um compromisso eleitoral assumido pelo Partido Socialista, deu conta de que está a ser elaborado um projeto para renovação de aldeias do PDR 2020, em Sobretâmega, para reconstruir e apoiar a preservação dessa aldeia, num investimento estimado em cento e dezasseis mil euros (116.000€) que incluirá a requalificação do piso, intervenção no chafariz e instalação de um ponto de visualização virtual e de



suportes informativos. Salientou ser este um exemplo daquilo que se pode fazer mesmo em locais mais pequenos para promoção turística do concelho. -----

----Agradeceu a pertinente observação sobre a atenção devida aos portos e cais de menor dimensão no Rio Douro. -----

----Passando para a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, e a propósito da criação de uma sede condigna, recordou que no seu último mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães teve de abdicar do seu gabinete de atendimento para poder acolher na freguesia um Balcão de Cidadão, pelo que manifestou de igual forma o seu contentamento pelo avanço deste projeto. -----

----Quanto ao alargamento da Rua do Coqueludo, revelou ter sido uma das prioridades elencadas desde o momento em que assumiu funções na Junta de Freguesia de Soalhães, seguindo-se um período de doze anos em que pugnou pela execução desta obra, uma vez que os veículos de emergência não conseguiam entrar nesta rua, sempre sem sucesso. Aproveitou para se associar ao agradecimento ao cidadão que viabilizou a execução desta obra cedendo uma faixa de terreno da sua propriedade. -----

----Agradeceu as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove. -----

----Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Marco, declarou que, de facto, a Câmara Municipal prevê, no âmbito do PARU, um investimento que ascende a cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€), para requalificação da zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho, reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo e da Avenida Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, reabilitação de vários outros arruamentos, como a Rua Dr. Queirós Ribeiro, Rua Adriano José de Carvalho e Melo, Praça Dr. Crispiniano da Fonseca, Rua de Chão, Rua Eng.º Carneiro Geraldês e o Jardim da Alameda Dr. Miranda da Rocha, Avenida Eng.º Adelino Amaro da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fis
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

Costa, Avenida Gago Coutinho e Rua da Santa Casa da Misericórdia, além da requalificação do antigo Cineteatro Alameda que se tornará no novo Centro Cultural do Marco, da antiga biblioteca e do Museu Municipal Cármen Miranda. -----

---Em relação às escolas, referiu que serão investidos cerca de um milhão e meio de euros (1.500.000€) na requalificação do parque escolar, e em especial na área da eficiência energética, com substituição de coberturas e caixilharias e colocação de novos pavimentos e revestimentos, para um maior conforto dos alunos. -----

---Passando para a intervenção do deputado **Luís Vales**, e respondendo às questões que por lapso foram deixadas para trás no período de análise da informação escrita, declarou que embora o *feedback* em relação aos relvados sintéticos seja manifestamente positivo, é importante não esquecer que as despesas associadas não se esgotam com a colocação, visto que são avultadas as verbas despendidas com a manutenção dos mesmos. Por outro lado, com a colocação dos relvados sintéticos sucederam-se múltiplas solicitações para construção de balneários e bancadas e para aquisição de outros equipamentos. Assumindo o esforço financeiro que foi feito pela autarquia, numa opção tomada pelo anterior Executivo, reiterou o compromisso de rentabilizar estes novos equipamentos para potenciar ainda mais a prática desportiva e a formação de camadas jovens no concelho. -----

---Em relação às festividades de natal, e após reunião com os comerciantes, ficou definido que este ano o concurso de montras de natal, organizado em parceria com a Associação Empresarial do Marco, não seria alargado às freguesias limítrofes – visto ter havido uma reivindicação no sentido de que, a alargar esta iniciativa, a mesma não poderia realizar-se apenas nas Freguesias do Marco e de Alpendorada, Várzea e Torrão – pelo que se iria limitar apenas ao centro da cidade. -----

---Relativamente ao conteúdo da informação escrita, expressou total abertura para disponibilizar informação adicional, se tal estiver consagrado na Legislação em vigor, não deixando de relembrar que nos últimos doze anos a informação escrita sempre foi apresentada nestes mesmos moldes. ----



----Face ao adiantado da hora e às referências já produzidas em intervenções posteriores, absteve-se de voltar a sublinhar os investimentos previstos na área da educação e do turismo, limitando-se a expressar a sua consternação com as críticas efetuadas, quando a Câmara Municipal se prepara para investir um milhão e meio de euros (1.500.000€) na reabilitação de dez estabelecimentos escolares, e quando existe um investimento avultado no programa de combate ao insucesso escolar, com medidas diversificadas já anteriormente explanadas. -----

----Aproveitou para referir que, em grande medida, o horário de atendimento do Executivo Municipal nas diversas freguesias tem sido utilizado por professores e representantes das associações de pais, que interpelam o Executivo dando a conhecer algumas das mais prementes carências na área educativa que ainda persistem no concelho, fruto da escassez de investimentos nas infraestruturas e em equipamentos nos últimos anos. -----

----Por outro lado, se a vertente turística não fosse efetivamente uma das prioridades da Câmara Municipal, não se teria realizado o estudo para a requalificação de Bitetos, obra que o anterior Executivo foi adiando ao longo de doze anos, apesar de ser a entrada fluvial do concelho por onde passam milhares de turistas. O conjunto alargado de investimentos para a zona ribeirinha de Sobretâmega inclui ainda uma piscina flutuante e o alargamento e iluminação do Parque Fluvial. --

----Referiu que as opções e prioridades políticas ficarão ainda mais demarcadas quando ao Orçamento for acrescido o saldo de gerência, que ascende a cerca de dez milhões de euros (10.000.000€). -----

----Manifestou-se também surpreendida com a crítica segundo a qual o presente Orçamento não tem verdadeiramente o cunho do Partido Socialista, uma vez que o PS foi o único Partido até ao momento que teve a coragem de transpor para o preâmbulo de um Orçamento o seu programa eleitoral, sufragado nas eleições autárquicas. Acrescentou que o Executivo não tem qualquer receio do escrutínio público, visto estar plenamente convicto de que será capaz de executar todas as obras e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

projetos a que se propõe. -----

----Findas as intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Seis** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **maioria**, com vinte (20) votos a favor, zero (00) votos contra, e dezasseis (16) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

---- Durante a discussão deste ponto ausentou-se o deputado Mário Luís da Silva Monteiro, tendo justificado a sua saída à Mesa da Assembleia Municipal, por motivos de assistência à filha. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO SETE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se de um pressuposto legal que carece da aprovação da Assembleia Municipal aquando da deliberação sobre os documentos previsionais. -----

----O Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Sete** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO OITO – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA; Para conhecimento.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, apresentou este ponto, explicando tratar-se de uma informação à Assembleia Municipal que decorre da autorização prévia aprovada no ponto anterior, referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal. -----

----Não havendo intervenções por parte do plenário, e tomado conhecimento relativamente a este



assunto, a Assembleia passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO NOVE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para vigilância e limpeza do Complexo do Estádio Municipal do Marco de Canaveses, outorgado em 09 de outubro de 2014 entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia do Marco.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando tratar-se de um contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia do Marco, que vigorava desde dois mil e catorze, e que implicava uma transferência financeira de oitocentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos (829,50€) para compartilhar a vigilância e limpeza do Complexo do Estádio Municipal do Marco de Canaveses. A Junta e Assembleia de Freguesia do Marco deliberaram revogar este contrato interadministrativo, atendendo a que a verba paga à colaboradora que executa estas tarefas era significativamente mais avultada do que a verba transferida pela Câmara Municipal, na ordem dos mil, cento e trinta euros, e noventa e nove cêntimos (1.130,99€). Explicou que de acordo com a Legislação vigente, a Câmara Municipal está impossibilitada de transferir para as Juntas de Freguesia, mediante contratos interadministrativos, uma verba superior àquela pela qual contrataria o mesmo serviço, pelo que a partir do mês de dezembro será a Câmara Municipal a assumir a responsabilidade de vigilância e limpeza do Complexo do Estádio Municipal do Marco de Canaveses, através da contratação de uma colaboradora para o efeito. -----

----O Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Nove** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----



---PONTO TRÊS, PONTO DEZ – **Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Empreendimento Turístico Hotel Sénior.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, passou a apresentar este ponto, explicando que o empreendimento turístico designado por Hotel Sénior vai ser edificado na Rua Luís de Camões, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, e irá responder a algumas necessidades dos seniores, sendo um investimento estimado em cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€). O empreendimento será composto por trinta e três quartos, com uma capacidade total de sessenta e seis dormidas, e estima-se que venha a alocar cerca de trinta funcionários permanentes em postos qualificados. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Sérgio Moreira Caetano** (PS), invocando o art.º 60.º do Regimento da Assembleia Municipal, declarou que não irá participar da votação dos Pontos três ponto dez e três ponto onze, por conflito de interesses. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Domingos Manuel Soares Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão (PPD/PSD), atendendo ao adiantado da hora, começou por apelar a uma maior contenção na utilização do tempo para intervenção, em especial quando se tratarem de ordens de trabalho com pontos tão importantes como a discussão e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal. -----

---Sobre o presente ponto e o seguinte, manifestou o seu orgulho e contentamento com estes dois empreendimentos previstos para a Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, com um investimento total na ordem dos oito milhões de euros (8.000.000€) e que certamente criarão postos de trabalho e permitirão atrair mais turistas ao concelho. Sendo o Concelho de Marco de Canaveses banhado por dois rios de dimensão internacional como o Douro e o Tâmega, declarou ser de extrema importância saber aproveitar as potencialidades turísticas advenientes deste facto, à semelhança de



grandes cidades europeias que se desenvolveram em torno de linhas de água. -----

----Neste sentido, apelou à responsabilidade dos organismos públicos – Câmara Municipal e Juntas de Freguesia – de poderem acompanhar e apoiar os investimentos privados que manifestamente tragam benefícios ao território concelhio. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalet Cardoso Vieira**, em resposta, manifestou a sua discordância com a forma como o Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão abordou a questão da gestão dos tempos de intervenção na Assembleia Municipal, argumentando que independentemente da forma mais calorosa ou aguerrida com que alguns temas são discutidos, todos estes são pertinentes e de interesse municipal. -----

----Findas as intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Dez** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO ONZE – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Hotel Rural.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalet Cardoso Vieira**, apresentou este ponto, explicando tratar-se de um requerimento de António Jorge Vieira de Azevedo para um empreendimento turístico denominado Hotel Rural, a ser instalado no Lugar da Cruz (Bairral), na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. Este empreendimento contará com a componente de alojamento, com uma capacidade máxima de doze camas, restaurante com sessenta lugares, bar, bar exterior, piscina, salão de eventos e estacionamento, e ainda doze apartamentos compostos por *hall*, cozinha, sala, casa de banho completa, quarto e secção de arrumos. A execução deste empreendimento turístico está parcialmente orçamentada em cerca de um milhão e seiscentos mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018

euros (1.600.000€), e irá criar sete postos de trabalho diretos, qualificados, e aproximadamente quinze postos de trabalho indiretos. -----

----Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Onze** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----Terminada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu de imediato a palavra à Segunda Secretária, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, para que sejam aprovados em minuta os seguintes pontos: três, ponto dois (**3.2**), três, ponto três (**3.3**), três, ponto quatro (**3.4**), três, ponto cinco (**3.5**), três, ponto seis (**3.6**), três, ponto sete (**3.7**), três, ponto nove (**3.9**) três, ponto dez (**3.10**) e três, ponto onze (**3.11**) da Ordem de Trabalhos da única reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Todos os pontos foram aprovados por unanimidade. -----

----Nada mais havendo a tratar, quando eram 03 horas e 23 minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezoito, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, deu por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, na qualidade de Segunda Secretária redigi, não transcrevendo na íntegra as intervenções, mas apenas um resumo dos assuntos tratados e das decisões tomadas, uma vez que existe uma gravação e também a transcrição na íntegra que ficam arquivadas, e podem ser lida e ouvida por qualquer membro que o solicite. -----

-----O Presidente da Mesa-----

-----Jorge Francisco Vieira -----

-----O Primeiro Secretário-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 07
REALIZADA EM 23/11/2018**

-----Bruno Daniel Sousa Caetano -----

-----A Segunda Secretária-----

-----Maria Gorete Lopes Pinheiro-----